

Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical da Andes-SN - Outubro de 2009 - Nº45

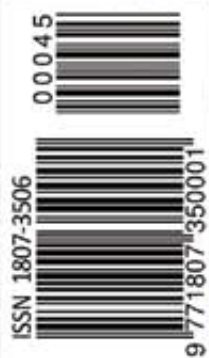
Implacável burocracia



Perseguições
e produtivismo
exacerbado
marcam a gestão
de **Suely Vilela**
na Reitoria da USP
(2006-2009)

RUA DA REITORIA

Reitoria



RETROSPECTIVA 2006-2009

6

Gestão Suely Vilela acentua produtivismo e práticas persecutórias

Pedro Estevam da Rocha Pomar e Tatiane Klein

12

USP, Santander e Univerisa, parceria que foi parar na TV

Tatiane Klein

18

Processos, demissão, PM no campus... Em vez de diálogo, repressão crescente

Daniela Alarcon

24

Descumprimento da Ação do Gatilho sugere “poder judicial paralelo” na USP

Daniela Alarcon

30

A galopante reforma da carreira docente, suspensa por liminar

Tatiane Klein

39

Um conto eleitoral

Vitor Flynn

PRODUTIVISMO

44

Produtivismo, corrupção da ciência e controle do trabalho

Ana Maria Barbour e José Chrispiniano

51

Pós-graduação, sistema Qualis e futebol

Paulo Capel Narvai

MEMÓRIA

57

Operação Condor, conspiração militar contra a sociedade do conhecimento

Martín Almada

65

Crimes de maio, crimes de sempre

Fausto Salvadori

70

“A Ditadura na Aeronáutica está de pé”, diz advogado dos controladores de voo

74

Helenira Rezende, presente!

DIRETORIA

João Zanetic, Suzana Salem Vasconcelos, Elisabetta Antonietta R.M.C. Santoro, Heloísa Borsari,
Maria de Fátima Simões Francisco, Marcelo Luiz Martins Pompêo, Jessé D´Assunção Rebello de Souza Júnior,
Demóstenes Ferreira da Silva Filho, Andrés Vercik, Francisco Arthur da Silva Filho

Comissão Editorial

Benedito Honório Machado, Décio Crisol Donha, Dilma de Melo Silva,
Flávio César Almeida Tavares, João Zanetic, José Carlos Bruni,
Luiz Menna-Barreto, Marco Brinati, Maurilane de Souza Biccias, Osvaldo Coggiola

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar

Assistentes de redação: Tatiane Klein e Thais Carrança

Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara

Assistente de produção: Rogério Yamamoto

Secretaria: Alexandra Moretti e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Refeitório: Ivanilda Comotti Ramos

Tiragem: 6.500 exemplares

Gráfica: Copypress

Adusp - S. Sind.

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br> • E-mail: imprensa@adusp.org.br

Telefones: (011) 3813-5573/3091-4465/3091-4466 • Fax: (011) 3814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade.

Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

SUELY ENTRE *RANKINGS* E BOMBAS DE GÁS

O mandato da professora Suely Vilela na Reitoria, iniciado em janeiro de 2006, acirrou os conflitos existentes entre a burocracia que controla a USP e aqueles que “tocam o piano” — os funcionários técnico-administrativos (incluída a crescente parcela de trabalhadores terceirizados) e os docentes. Num outro plano, também houve agravamento de tensões e perseguições na relação entre a Reitoria e os estudantes.

Entre os fatores que determinam este estado de coisas é possível identificar 1) a completa adesão da burocracia ao discurso do produtivismo emanado da Capes e das agências de fomento, 2) bem como ao ideário neoliberal de gestão do setor público (privatização, terceirizações, redução do Estado); e 3) a política do governo estadual para o ensino superior, que pode ser assim resumida: contenção orçamentária, que se traduz em expansão de vagas sem os recursos necessários ou por meio de ensino à distância (Univesp), e interferência na gestão das universidades públicas estaduais, inicialmente tentada na famosa série de decretos publicados nos primeiros dias de 2007 (e parcialmente derrotada) e depois tomando outras formas, tudo em favor do ensino superior privado.

Esta edição procura aprofundar a crítica a alguns aspectos da gestão Suely Vilela: a demasiada proximidade com o banco Santander; o autoritarismo e o frenesi persecutório; a teratológica reforma da carreira; e o temerário descumprimento da sentença judicial resultante da Ação do Gatilho, a qual, embora transitada em julgado, tem sido desafiadoramente empurrada com a barriga pela administração da universidade.

“Corrupção da ciência”

Tema infelizmente contumaz desta revista, o produtivismo é revisitado, em reportagem de Ana Maria Barbour, que ouviu professores de diferentes áreas. A situação criada por avaliações da Capes, fator de impacto, Qualis etc. é sintetizada pelo professor Pablo Ortellado, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, como “números em vez de ciência, corrupção da ciência”. O pano de fundo é o controle do trabalho docente.

Artigo do professor Paulo Capel Narvai, da Faculdade de Saúde Pública, analisa com perspicácia o fenômeno, chegando a conclusão semelhante: a de que a ciência vive simultaneamente um processo de “futebolização” (ditada pelo ímpeto de classificação do Qualis) e de colonização, na medida em que o “norte” dos programas de pós-graduação passa a ser o norte propriamente dito — geográfico.

Operação Condor e ditaduras do Cone Sul

Martín Almada, o ex-presos político paraguaio que descobriu os *Archivos del Terror*, escreveu com exclusividade para a *Revista Adusp* um relato de sua experiência pessoal com a Operação Condor, sinistro plano conjunto das ditaduras sul-americanas, deflagrado na década de 1970 com o objetivo de encarcerar e, frequentemente, executar opositores políticos, a princípio com sinal verde dos Estados Unidos.

Almada, que esteve em São Paulo para um seminário no Memorial da Resistência, adverte: “O Condor segue voando”. Ele também pede que o Brasil abra os arquivos da Guerra do Paraguai (1864-1869), por uma questão de justiça histórica.

Ainda sob o prisma da memória, reportagem de Fausto Salvadori revê um chocante episódio de maio de 2006 que o Estado brasileiro finge ignorar: o massacre de centenas de pessoas, realizado em questão de dias por grupos de policiais militares justiceiros, em São Paulo. Um crime que permanece absolutamente impune.

GESTÃO SUELY VILELA ACENTUA PRODUTIVISMO E PRÁTICAS PERSECUTÓRIAS

Pedro Estevam da Rocha Pomar

Editor da Revista Adusp

Tatiane Klein

Estudante de Jornalismo

*Policia militar exhibe
arma pesada durante
a invasão do campus
da USP: 9/6/2009*

Foto: Daniel Garcia

Diante dos índices e estatísticas citados nos discursos da reitora e disponibilizados na página eletrônica oficial, cabe avaliar o que houve de autêntica mudança na USP durante o mandato iniciado em 2006 — e em que direção se deu. A ascensão em rankings internacionais, apresentada como prova de “excelência”, não consegue esconder os agudos problemas da gestão, como o autoritarismo (e seu duplo, a perseguição institucional aos que divergem), o descumprimento da sentença do Gatilho, os rumos tomados pela reforma da carreira docente com seu inegável viés produtivista e tantas outras questões

Internacionalização da USP, descentralização administrativa, inclusão de estudantes egressos da rede pública de ensino via Inclusp, “que atingiu, neste ano, o nível histórico de 30,1% de alunos do ensino médio público”, reforma das carreiras docente e dos funcionários, criação de cursos. Estes são, segundo a assessoria de imprensa da Reitoria, alguns dos avanços conquistados pela universidade no decorrer da gestão da professora Suely Vilela (“Resultados positivos mostram avanços da Universidade nos últimos quatro anos”, 6/7/09, em www.reitoria.usp.br).

O alegado sucesso da internacionalização — alicerçado no aumento

de 38% no número de convênios, que passaram de 315 em 2005 a 435 em 2009 — faz par, no entendimento da gestão, com a rápida evolução da USP em diversos *rankings*. A própria reitora saiu a campo, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* (“USP e reconhecimento internacional”, 30/8/09), para comemorar o 38º lugar entre as melhores universidades do mundo, atribuído pelo *Webometrics Ranking of World Universities*, no qual “a USP subiu 49 posições em julho”, em relação à avaliação de janeiro de 2009. O *Webometrics* é elaborado pelo Consejo Superior de Investigaciones Científicas do Ministerio de Ciencia e Innovación da Espanha. Esta e outras estatísticas cientométricas atesta-

riam a eficácia dos parâmetros produtivistas vigentes hoje na USP, que a tornam, aos olhos de Suely, uma universidade “de classe mundial”.

A tranquilidade quanto ao presente é tanta, que a Reitoria passou a ocupar-se com o futuro, traçando um “Plano Estratégico para a USP 2034”. Como parte das comemorações dos 75 anos da instituição, realizou-se, em setembro e outubro de 2008, o *workshop* “Planejando o Futuro: USP 2034”, em cuja exposição de abertura Suely discorreu sobre produtividade acadêmica e necessidade de diálogo com a sociedade brasileira. Porém, nenhum movimento social, nenhuma associação ou entidade representativa foi convidada a tomar parte do evento.

Em meio à “numerologia” disponibilizada nos gráficos e tabelas da Reitoria, cabe avaliar o que houve de mudança real e em que direção. Por exemplo: em que consiste a chamada “descentralização administrativa”? Aprovada e implantada à revelia da comunidade, na verdade resultou em maior centralização, pois eliminou a figura dos prefeitos dos *campi*, os quais, mal ou bem, eram eleitos pelos respectivos conselhos, e os substituiu por coordenadores indicados diretamente pela Reitoria. Criou-se a figura do “diretor administrativo”, diretamente vinculado ao gabinete da Reitoria. Uma vez que a USP dispõe da Coordenadoria de Administração Geral, a Codage, pergunta-se: que função terá esse diretor?

A reitora nomeou para o cargo o professor Marcos Felipe de Sá, à época diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) e um dos dirigentes da Faepa, fundação privada que controla o Hospital das Clínicas da FMRP. Outro cargo importante, a secretaria-geral da Reitoria, é exercido desde o início do mandato de Suely pela professora Maria Fidela Navarro, ex-diretora da Faculdade de Odontologia da Bauru — e ativa participante da Funbeo, fundação privada que atua naquela unidade. Não houve, portanto, ruptura com as entidades “de apoio”, como poderia sugerir a trajetória pregressa de Suely à frente da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (2001-2005), quando vetou a aprovação de alguns cursos pagos. Bem ao contrário, as fundações continuam influentes e atuantes dentro dos *campi* da USP.



A reitora Suely Vilela

“A progressão horizontal é uma estratégia que servirá para incrementar o produtivismo, por via da colocação de graus intermediários, etapas que devem ser cumpridas num prazo mais curto”, diz Franklin Leopoldo sobre a reforma da carreira

Também a reforma da carreira docente, apresentada como um trufo, guarda enorme potencial de conflito. Conduzida por uma Comissão Especial de Reforma do Estatuto (CRE) majoritariamente formada

por professores da estrita confiança da reitora (João Grandino Rodas, Glaucius Oliva, Luis Roberto Britto, Marcos Felipe de Sá), sem explicitação dos motivos que a tornassem necessária, e sem consideração efetiva pelas opiniões que expressassem a enorme diversidade das 40 unidades de ensino e pesquisa da USP, a reforma gerou descontentamento na categoria docente, ao reiterar a concepção meramente formal de democracia que anima a gestão. Tudo foi tratado como “razão de Estado”: integrantes da comissão especial, a professora Zilda Iokoi e a mes-tranda Esther Rizzi denunciaram que foram privadas do acesso a parte substancial da documentação e das reuniões que resultaram na reforma (*Informativo Adusp* 279).

O professor Franklin Leopoldo é um dos que apontam o viés produtivista da nova carreira: “A progressão



Antonio Candido e Marilena Chauí em ato contra a repressão: 16/6/2009

horizontal é uma estratégia que servirá para incrementar o produtivismo, por via da colocação de graus intermediários, etapas que devem ser cumpridas num prazo mais curto e através de uma produtividade mais apressada”. Os critérios de promoção divulgados até agora, pensa ele, “tendem a desmerecer a figura do professor: aquele que pauta sua atividade, inclusive de pesquisa, pelo aluno, pela formação e não pela sua ascensão acadêmica baseada numa perspectiva de competição que é pensada dentro do mais exacerbado individualismo, com o propósito de desagregar o aspecto comunitário da universidade” (*Carreira Docente em Debate*, agosto de 2009).

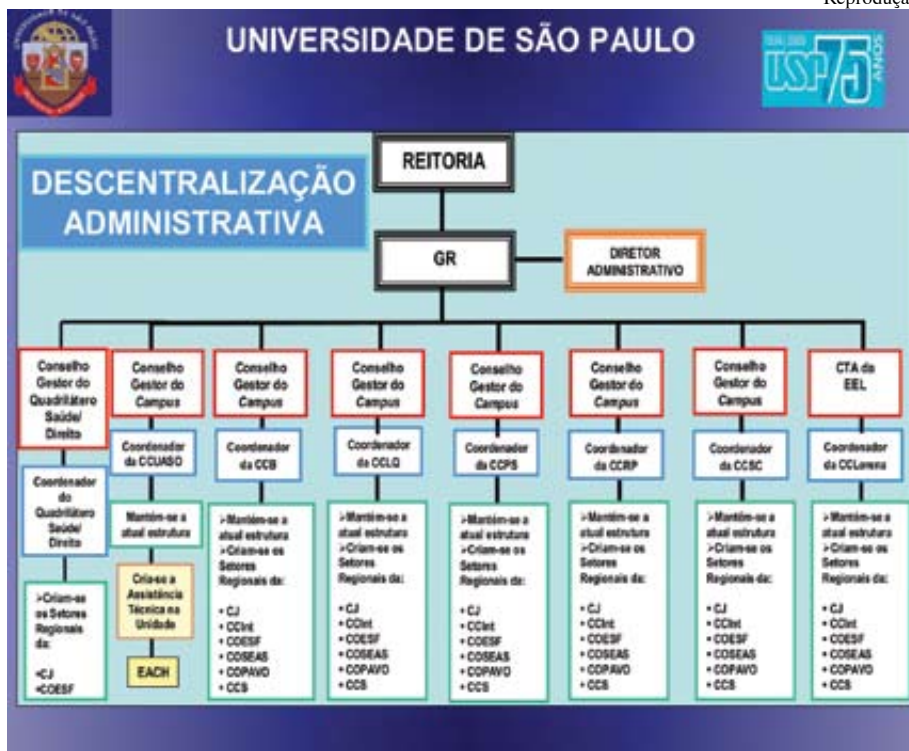
Curiosamente, não consta dos feitos elencados pela Reitoria a chamada Sexta Etapa de Desprecarização, programa em que houve real progresso na correção da prática nefasta

(cometida ao longo das gestões anteriores) de contratação de docentes a título precário, isto é, por meio de processos seletivos. Em fevereiro de 2009, a Reitoria informou à Adusp que, dos 772 docentes “precários” que participaram da Sexta Etapa, foram indicados 739 (95,7%). Apesar desse nítido avanço na solução do problema, permaneciam na condição de “precários” nada menos do que 10 professores associados, 148 doutores, 55 assistentes e 3 auxiliares de ensino.

Entre os pontos identificados como avanços pela própria gestão Suely Vilela está a primeira licenciatura à distância da USP, a Licenciatura em Ciências, aprovada em 2006 pelo Conselho de Graduação da USP. Os estudos foram iniciados na gestão do reitor Adolpho Melfi, em 2003. Posteriormente, para viabilizar uma rápida adesão da USP à Universidade Virtual do Estado de São Paulo

(Univesp), o curso foi aprovado na sessão do Co de 10/2/2009 e incorporado a esse projeto, que é a razão de ser da Secretaria de Ensino Superior, criada pelo governador José Serra.

O ensino à distância (EàD) como um substituto do ensino presencial de graduação, materializado pelo projeto Univesp, foi objeto das críticas de professores, funcionários e estudantes durante a greve de 2009. Por razões variadas, o início da primeira turma foi adiado para 2010. O professor José Cippola Neto, do Instituto de Ciências Biomédicas, declarou ao *Jornal do Campus* que o projeto Univesp servirá exclusivamente para financiar as “demandas estruturais” dos cinco primeiros anos. “O que a USP quer da Secretaria [de Ensino Superior] é financiamento”, diz Cippola, que é coordenador do curso. “Não é objetivo da Universidade, com este



Professor Marcos Felipe de Sá

Projeto de descentralização, segundo a própria Reitoria

curso de licenciatura em Ciências, atrelar-se à Univesp. Nosso curso sequer segue suas regras e normas, nosso norte são critérios da USP”.

Paralelamente, “com a incumbência de apresentar proposta acadêmica e modelo institucional para a realização do aprendizado eletrônico na USP”, uma comissão criada pela reitora começou a funcionar em 2007. Idealizou o “Instituto de Aprendizagem Eletrônica” da USP, proposta exótica que não foi aprovada pelo Conselho Universitário, mas representou uma primeira ofensiva da Reitoria com a finalidade de institucionalizar o EàD na universidade. É de esperar-se um envolvimento crescente da USP com o EàD, tanto em virtude das pressões do governo estadual como dos laços que unem a Reitoria ao banco espanhol Santander e ao Portal Universia, que investem fortemente na modalidade de cursos à distância.

A Congregação da Esalq decidiu criar um “Regime Disciplinar do Corpo Discente”, para “manter e preservar os princípios morais, a ordem, o zelo e a obediência”. É infração “incitar, promover ou apoiar ausência coletiva aos trabalhos escolares”

O início do governo de José Serra, em janeiro de 2007, foi um momento-chave na gestão Suely. Por um lado, ficou patente a disposição de Serra de quebrar a autonomia universitária com seus diversos decretos. Por outro lado, evidenciou-se a tibieza

da reitora da USP, que se manteve em silêncio diante dos ataques do governador. Embora exercesse naquele momento a presidência do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), cargo do qual foi literalmente destituída por um dos decretos de Serra, Suely entrou e saiu da crise institucional sem se pronunciar nem em defesa da autonomia, nem em defesa de seu mandato no Cruesp.

A reação da comunidade desembocou, em meados de 2007, na ocupação da Reitoria, para a qual contribuiu a omissão da reitora diante dos decretos. É verdade que durante a ocupação Suely recusou-se a convocar a polícia, o que evitou um confronto violento. Ainda que lentamente, empreendeu tentativas de diálogo e por fim fez concessões que facilitaram um desfecho pacífico do episódio. Mas é fato, também, que desde então houve diversas ocasiões em que a negociação foi relegada em favor das soluções de força. A truculenta investida da tropa de choque da Polícia Militar em 9 de junho de 2009



Professora Maria Fidela Navarro



Protesto de estudantes durante debate de reitoráveis na FFLCH: 17/9/2009

e a demissão de um diretor do Sinusp são emblemáticos deste método, que se infiltrou em diferentes esferas da administração da universidade.

O autoritarismo espalhou-se na gestão Suely Vilela. A Congregação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), de Piracicaba, decidiu, por conta e risco, criar um “Regime Disciplinar do Corpo Docente” da unidade, elaborado por sua Comissão de Legislação e Recursos. Dito “regime” visa “assegurar, manter e preservar os princípios morais, a ordem, o zelo, o decoro e a obediência legal, imprescindíveis a todas as atividades universitárias e à convivência ética (*sic*) entre docentes, alunos e funcionários da Esalq”. Entre as infrações disciplinares arroladas, constam “perturbar os trabalhos acadêmicos” e “incitar, promover ou apoiar ausência coletiva aos trabalhos escolares, obstruir ou impedir o livre trânsito de membros da comunidade”. Tenta dessa forma a direção da Esalq coibir greves estudantis (“ausência coletiva”), sem preocupar-se com o fato notório de que a unidade

não tem a menor competência legal para criar semelhante “regime”.

Decidida a vetar a eleição do professor Nei Oliveira como primeiro diretor da Escola de Engenharia de Lorena (EEL, unidade criada em 2007, resultante da incorporação da Faenquil), a pretexto de que ele ultrapassou a idade de 66 anos (e portanto não poderia completar o mandato por causa da aposentadoria compulsória aos 70 anos), a reitora enviou àquela cidade uma dupla de emissárias, a secretária-geral da Reitoria e a procuradora-chefe da USP, com a missão de demover os membros da Congregação. Tentaram, mas não conseguiram, convencer a Congregação da EEL, que ignorou a pressão e elegeu Oliveira em primeiro escrutínio com 70% dos votos. A constrangedora manobra revela um tratamento discriminatório — pois Suely nomeou diretor da FFLCH o professor Gabriel Cohn, que contava com a mesma idade, à época; e nada indica que a reitora tenha feito objeções à candidatura a reitor do professor Silvio Sawaya, de 67 anos.

Mas, pior do que isso, mostra uma inaceitável ingerência no processo eleitoral de uma unidade.

Ao aproximar-se o final da gestão, o clima persecutório vigente na segunda metade do mandato de Suely terminou por estimular o surgimento de algumas candidaturas a reitor situadas no espectro mais conservador da burocracia. A sucessão terá as regras restritivas de sempre: candidaturas exclusivamente de professores titulares; colégio eleitoral fechado e em dois turnos; escolha final do governador. De qualquer modo, o contencioso de 2009, que teve entre seus resultados a palavra de ordem “Fora Suely” aprovada em assembléia dos docentes, politizou o processo ao escancarar a asfixiante ausência de democracia na USP.

Nas matérias seguintes avaliamos, com mais detalhes, quatro aspectos marcantes da gestão: a presença avassaladora — e influência — do banco Santander na universidade; a onda de autoritarismo e repressão; a atitude perante a Ação do Gatilho; e a reformatação da carreira docente.

USP, SANTANDER E UNIVERSIA, PARCERIA QUE FOI PARAR NA TV

Tatiane Klein
Estudante de Jornalismo

Francisco Emolo/USP



Reitora Suely Vilela e o presidente do Santander, don Emílio Botín, cumprimentam-se após assinatura de convênio

No decorrer da gestão Suely Vilela, a relação entre a universidade e o grupo Santander não só consolidou-se mas também expandiu-se, enveredando por acordos e convênios que envolvem oferta de bolsas de estudos de todo tipo, financiamento de projetos institucionais da USP, concessão de prêmios e a realização de polêmicos cursos de espanhol à distância. A aparição da própria imagem da reitora em um comercial de TV do banco (logo, porém, retirada do ar) simbolizou o extremo a que chegou a parceria



Reitora, pró-reitores, diretores de unidades da USP e representantes do Santander na mesma ocasião: fusão de logomarcas?

A USP sempre relacionou-se intensamente com o Banespa, ao tempo em que o banco era público, o que parece natural, pois ambos pertenciam ao Estado. Após a privatização do Banespa — que se revelou excelente negócio para seu comprador, o Santander, mas péssimo para os cofres públicos — a folha de pagamentos do funcionalismo, inclusive a do quadro da USP, permaneceu em poder do banco por mais cinco anos. Encerrado esse período, porém, a relação entre a universidade e o Santander só fez

consolidar-se, enveredando por diversas “parcerias”.

O banco espanhol figura como patrocinador do Programa de Inclusão Social da USP (Inclusp) e do Programa de Pré-Iniciação Científica (Pré-IC). Ao lado do Programa USP Júnior (para alunos do ensino fundamental II), eles constituem o tópico “Inclusão de Alunos da Rede Pública de Ensino”, apontado pela Reitoria como um dos avanços da gestão.

No Inclusp, o Santander oferece bolsas no valor de R\$ 250 durante 12 meses, para ingressantes com renda *per capita* de até dois salários

mínimos. A página eletrônica da Pró-Reitoria de Graduação revela que parte das políticas de permanência estudantil da universidade está sendo financiada por um banco privado: “o Programa de Bolsas Santander Universidades integra o conjunto de ações da Pró-Reitoria de Graduação em suas diretrizes políticas de apoiar estudantes originários do sistema público de ensino, com alto potencial de desenvolvimento, evidenciado por seu ingresso na Universidade, e dificuldades de custeio de seus estudos, visando ampliar suas possibilidades de inserção acadêmica e continuidade do curso”.

O Santander está presente em diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão da USP, por meio das “parcerias” celebradas com o Santander Universidades, uma divisão do banco. Entre elas figura a concessão de bolsas de mobilidade internacional para graduação e pós-graduação, bolsas de iniciação científica, bolsas de pré-iniciação científica, bem como participação nos Prêmios de Inovação Santander.

A assessoria de comunicação do Santander esclarece que a

Qual é o preço dessa parceria? Por exemplo, para aderir ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica o aluno cede gratuitamente ao Santander o direito de usar sua imagem e/ou voz para anúncios do programa

parceria entre a USP e o banco existe desde 2001, com a finalidade de apoiar “os três pilares estratégicos da gestão acadêmica da universidade: valorização da graduação, cultura e extensão e pesquisa, com a concessão de mais de 8 mil bolsas de estudos em programas de mobilidade internacional, de inclusão social, de iniciação científica, cátedras para mestrado e doutorado e ensino de espanhol à distância, entre outras iniciativas”.

ARQUIVO DA PROPAGANDA





FERNANDA TORRES: O Professor Wagner, queria desenvolver remédios através de plantas Brasileiras. O Santander Universidades apoiou. **SELTOM MELLO:** Já o Daniel, desejava estudar no Exterior, o Santander Universidades apoiou. **FERNANDA TORRES:** Das Universidades conveniadas como a USP o Santander é sempre





parceiro. **SELTOM MELLO:** É isso, com Santander, educação é transformação, é mudança. **FERNANDA TORRES:** Começa aqui ó, na cabeça. **SELTOM MELLO:** Santander Universidade: Pra quem ensina, pra quem aprende, pra quem acredita.





FERNANDA TORRES: Santander o valor das ideias, junte-se a nós. **LEGENDA:** Aberta a professores e alunos das instituições conveniadas. Mais de 150 instituições de ensino conveniadas. O Banco Internacional com mais agências no Mundo.

Filme com a imagem de Suely (penúltimo quadro)

Mais recentemente, no entanto, é que a presença do banco passou a se tornar mais ostensiva. “Convênio entre USP e Santander aumentará oferta de bolsas e cursos de espanhol”, notícia publicada pela Agência USP em 2008, informa que em 2006 fora assinado um amplo acordo de cooperação entre USP e Santander, responsável pelo oferecimento de 700 bolsas de iniciação científica para alunos da graduação. Quanto ao novo convênio, ampliou a oferta de bolsas de estudo em universidades da América Latina,

Espanha e Portugal para professores, alunos e funcionários da USP.

A reportagem revelava, ainda, que “o Santander também apoiará a entrega de 180 mil cartões inteligentes para alunos, professores e funcionários, que facilitará a identificação e o acesso à USP, além de fornecer informações de interesse da comunidade acadêmica”. Tais cartões já estão em circulação. Cresce, assim, a participação do banco na vida universitária. Mas qual é o preço dessa parceria?

O Termo de Adesão ao Programa Santander de Bolsas de Inicia-

ção Científica, por exemplo, contém cláusula em que o estudante participante autoriza “o Banco Santander ou qualquer das empresas integrantes de seu grupo financeiro a enviar ao meu e-mail pessoal informações sobre produtos e/ou serviços oferecidos, bem como cedo ao Banco de maneira irrevogável e irretroatável e a título gratuito o direito de usar de minha imagem e/ou voz para anúncios relativos à divulgação do Programa Santander de Bolsas de Iniciação Científica ou outros produtos e serviços de interesse da instituição financeira, durante o prazo de minha permanência no mencionado programa” (destaques nossos). Assim, a universidade abre um flanco para que o banco assedie diretamente seus alunos. Ao mesmo tempo, o Santander capitaliza a marca USP para valorizar seus produtos.

O número de bolsas de Iniciação Científica oferecidas pelo banco Santander Banespa entre 2007 e 2008 foi de 150, isto é, menos de 10% do total de 1.874, em que são maioria as bolsas mantidas pela própria Reitoria e as do CNPq, segundo relatório de atividades da Pró-Reitoria de Pesquisa do biênio 2006-2008.

O Programa de Intercâmbio Internacional com Países Ibéricos estabelece uma das mais antigas relações com o Santander. Segundo o relatório de atividades da Pró-Reitoria de Graduação para o biênio 2006-2008, “foram disponibilizadas 20 bolsas para o 2º semestre de 2006 e 20 bolsas para o 1º semestre de 2007, no valor de 500 euros mensais e 1.000 euros para a passagem aérea”. Também em 2007, foram disponibilizadas 27 bolsas com

1.000 euros para passagem aérea, 50 euros para apoio à instalação e 600 euros mensais. Nesse mesmo ano, outro convênio para a mobilidade internacional, Programa de Bolsas Luso-Brasileiras Santander Universidades, foi assinado, tendo sido disponibilizadas 15 bolsas no valor de 3.300 euros. Também há programas de mobilidade internacional para a pós-graduação.

Um convênio datado de 2007, entre o Santander, a Faculdade de Direito da USP e a Fundação

Santander, Universia e Cervantes organizaram os cursos de ensino à distância “Vale – Espanhol para professores” e “Oye”, que sofreram duras críticas dos professores da área de língua e literatura espanhola da FFLCH

Arcadas (entidade privada “de apoio”), para a instituição e viabilização do Projeto “Jovem Jurista”, destina-se a fomentar “a pesquisa de qualidade no âmbito das ciências jurídicas”, conforme consta no documento. O banco concede 20 bolsas de estudo por ano, durante quatro anos, para alunos do quinto ano de graduação da faculdade, além de três prêmios anuais, aos alunos que apresentarem as melhores teses de láurea.

Na área esportiva, o recém-lançado Circuito Esportivo USP 2009 tem apoio do Santander Universidades e conta com parceria entre os Centros de Educação Física, Esportes e Recreação (CEFER) dos campi do interior e o Centro de Práticas Esportivas da USP (CEPE), na capital. As artes também estão presentes entre os apadrinhados: no Museu de Arte Contemporânea da USP (MAC), uma parceria com o banco viabilizou a digitalização e criação do acervo virtual do museu, em um investimento de R\$ 1 milhão; os bolsistas da Orquestra de Câmara da USP (OCAM) recebem o Prêmio Estímulo, patrocinado pelo Santander.

A justificativa do banco para sua presença na USP é o fato de “o principal foco de responsabilidade social do Grupo Santander” ser “o apoio à educação superior”, mantendo convênios com cerca de 320 universidades brasileiras. “Desde a criação do Santander Universidades em 1996, o Banco investiu R\$ 1,8 bilhão em iniciativas de apoio à Educação no mundo, com a concessão de bolsas de estudos nacionais e internacionais concedidas para aprimorar a formação de universitários e professores brasileiros em diferentes áreas do conhecimento”, afirma a assessoria de imprensa do Santander.

Muito controversas, também, são certas iniciativas do Portal Universia, uma espécie de braço do Santander para o ensino à distância. A iniciativa da Reitoria de promover, em 2008, o curso “Vale – Espanhol para professores”, organizado por Santander, Universia e



Instituto Cervantes, foi contestada publicamente pelos professores da área de língua espanhola e literaturas espanhola e hispano-americana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

A “facilidade para que empresas privadas ofereçam um serviço com tal abrangência no âmbito da Universidade parece contrastar com os obstáculos que enfrentam [...] as áreas que tentam desenvolver, por meio da extensão, uma oferta análoga (no caso, o ensino de uma língua estrangeira à comunidade)”, afirma documento dos docentes, publicado no *Informativo Adusp* 270. O “entusiasmo com que o curso ‘Vale’ é promovido”, diziam eles, “contrasta com o desaproveitamento dos valiosos recursos humanos que a própria Universidade gera, que poderiam redundar não apenas em um serviço para a comunidade mas também na pesquisa que surge de todo trabalho de extensão”.

Os professores de espanhol da FFLCH recordaram que em 2006 a Secretaria de Estado da Educação (SEE) assinou acordo com Univer-sia, Santander e Instituto Cervantes, com a finalidade de “imple-

A Reitoria informou à Revista Adusp que a reitora só concordara em participar de um “vídeo institucional” do banco.

Uma vez “identificado o caráter publicitário do filme, solicitou-se a exclusão da imagem e da sonora” de Suely

mentar um projeto chamado ‘Oye’, que tinha como objetivo habilitar milhares de professores de espanhol para a escola brasileira apenas com um curso totalmente à distância de 600 horas” e que “teria a mesma plataforma (AVE) que hoje se oferece no ‘Vale’, só que para habilitar como docentes profissionais sem nenhum conhecimento prévio da língua e sem sequer formação prévia na área de Letras, os já professores da rede pública de outras áreas do conhecimento”.

Diante da rejeição do projeto “Oye” pelos departamentos de línguas da USP, Unicamp e Unesp, e do “repúdio do professorado paulista em geral”, a SEE “desistiu do caráter habilitante do projeto e, atualmente, difunde o curso como extensão”, certificado por “instituições de ensino superior” não especificadas. O curso “Vale”, explicavam os signatários do documento, em tom premonitório, “aparece em um preocupante contexto de anúncios de ensino universitário à distância, por parte do governo estadual, que parecem incluir, de modo impreciso, a formação docente, inclusive de ‘línguas’”.

A parceria entre USP e Santander acabou parando na TV, em fins de 2008. A reitora Suely Vilela ultrapassou a “normalidade” das parcerias, ao ter sua imagem veiculada em um filmete comercial do Santander. O banco recusa-se a comentar o assunto.

“Das universidades conveniadas como a USP o Santander é sempre parceiro”, fala a atriz Fernanda Torres no comercial. Nos últimos quadros aparece a imagem sorridente da professora Sue-

ly Vilela, estampada num suporte de papelão (vide p. 14). Esse comercial foi veiculado pela primeira vez em 15 de outubro de 2008, no intervalo do “Jornal Nacional”, da TV Globo. No dia 24 voltou ao ar sem a participação da reitora.

Pergunta-se se a participação de Suely Vilela nesse comercial não feriu a Constituição Brasileira, cujo artigo 37, inciso XXII, parágrafo 1º determina: “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”. O privilégio dado ao Santander para convênios e parcerias também é questionável.

A Reitoria, por meio da assessoria de imprensa, informou à *Revista Adusp* que a professora Suely Vilela concordara apenas em participar de um “vídeo institucional” do banco, e que, uma vez “identificado o caráter publicitário do referido filme, solicitou-se a exclusão da imagem e da sonora com a reitora” (vide quadro).

A reitora Suely Vilela integra o Conselho Assessor do Portal Universia (CAI), e viajou sete vezes para a Espanha entre 2006 e 2009. Em quatro dessas viagens, uma por ano de gestão, o motivo informado no *Diário Oficial* para o afastamento do cargo foi a participação em atividades do Universia (conforme os decretos de 26 de junho de 2006, 9 de abril de 2007, 24 de abril de 2008 e 27 de abril de 2009).

“VIAGENS AO EXTERIOR ESTÃO DOCUMENTADAS”, DIZ REITORIA

A seguir, as perguntas encaminhadas pela *Revista Adusp*, relativas ao relacionamento entre a reitora Suely Vilela, o portal Universia e o banco Santander, e as respostas da assessoria de imprensa da USP:

1. *Como se dá a participação da professora Suely Vilela no Conselho Assessor Internacional do Universia? O número de viagens realizadas pela reitora à Espanha nos últimos quatro anos tem a ver com a participação nesse conselho? Quem financia tais viagens, a universidade ou o Universia?*

“Como participante do Portal Universia, a USP integra, desde 2001, o Conselho Assessor Internacional (CAI) desse programa, composto por dez reitores de universidades de dez países. Além do Brasil, há representantes da Argentina, Chile, Colômbia, Espanha, México, Porto Rico, Venezuela, Portugal e Peru. Esse Conselho é um órgão consultivo, que se reúne duas vezes por ano, para definir políticas e ações para a atuação do Portal Universia, que congrega 1.100 universidades em 15 países iberoamericanos, em apoio à educação superior. Para a USP, participar de programa desse tipo fortalece

um dos principais objetivos da Universidade, a internacionalização, ao expandir a mobilidade docente e discente.

No que concerne às viagens ao exterior, todas estão devidamente documentadas, no *Diário Oficial do Estado*, com o decreto do Governo autorizando o afastamento da reitora. Especificamente em relação ao CAI, de 2006 a 2009, foram feitas quatro viagens à Espanha para participação no referido Conselho, sendo as despesas pagas de acordo com as normas da Universidade.”

2. *Sobre a participação da reitora em propagandas televisivas do Santander Universidades durante 2008 e posterior retirada de sua imagem dos comerciais: por que a retirada aconteceu? Houve pagamento de cachê?*

“Quanto à participação da reitora em um filme do Santander, esclarece-se que, inicialmente, a finalidade da gravação era a de dar um depoimento sobre a parceria entre a USP e o Programa Santander Universidades para um vídeo institucional. Assim que identificado o caráter publicitário do referido filme, solicitou-se a exclusão da imagem e da sonora com a reitora. A reitora não recebeu cachê.”

PROCESSOS, DEMISSÃO, PM NO CAMPUS... EM VEZ DE DIÁLOGO, REPRESSÃO CRESCENTE

Daniela Alarcon
Jornalista

Daniel Garcia



No conflito de 9/6/2009, as flores não bastaram para deter a tropa de choque

O autoritarismo, um forte componente histórico do “genoma político” da burocracia que gere a USP, com raízes na Ditadura militar, intensificou-se na gestão Suely Vilela, especialmente a partir da ocupação da Reitoria em 2007, provocada pelos decretos de Serra contra a autonomia universitária. O episódio teve desfecho pacífico, mas a reitora passou a descartar o diálogo e optar pela escalada repressiva como método principal de resolução de divergências. A tropa de choque acabou aparecendo

Na tarde de 9 de junho de 2009, colunas de fumaça se ergueram na Cidade Universitária. Estudantes, funcionários e professores, após serem perseguidos pela Polícia Militar por mais de um quilômetro, atacados com cassetetes, *spray* de pimenta e granadas de borracha (eufemisticamente chamadas “bombas de efeito moral”), foram encurralados no prédio de História e Geografia. Entre os estrondos, chegavam notícias de presos e feridos.

O mais grave episódio repressivo ocorrido no campus Butantã desde o fim da Ditadura Militar coroou uma semana de presença da PM no campus — a pedido da reitora, Suely Vilela, para reprimir a greve dos funcionários. A pauta grevista denota, contudo, a anterioridade do processo repressivo: reivindicava-

se, entre outros pontos, a readmissão de Claudionor Brandão, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) demitido em 8 de dezembro de 2008, por “justa causa”. Os fatos geradores da punição remontam à greve de 2005.

O sindicalista foi acusado de haver invadido a biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), em 8 de setembro de 2005, ocasião em que teria desrespeitado o então diretor da unidade, Ricardo Toledo. O episódio suscitou também um inquérito policial, para apurar um suposto “atentado contra a liberdade do trabalho”. Em abril de 2006, foi arquivado: ausentes violência ou ameaça grave, o “atentado” não ocorrera. Na contramão da Justiça, porém, a universidade levou a termo, após realização de sindicância, um processo administrativo disciplinar, que culminou na demissão de Brandão.

Além de atacar a liberdade sindical, a Reitoria obstruiu parcialmente a representação dos funcionários no Conselho Universitário (Co), integrada por Brandão. Marlede Viana de Figueiredo, funcionária da Creche Oeste, é categórica: “Não é a defesa do Brandão enquanto pessoa, mas do meu direito de me mobilizar e defender os meus direitos”.

O que a burocracia uspiana caracteriza como um “minucioso processo administrativo disciplinar” sofreu crítica da própria Consultoria Jurídica da USP (CJ), ao reconhecer que “tem razão o acusado quanto ao cerceamento de defesa no que se refere aos depoimentos das testemunhas Emily Ann Labaki Agostinho e Mônica Arruda Nascimento”. A Reitoria pretendia aproveitar no processo administrativo os depoimentos de ambas colhidos na sindicância; ocorre que na sindi-



cância, diferentemente do processo administrativo, não se permite que a defesa interpele as testemunhas.

Nos autos, são abundantes argumentos sem sustentação e “exceções” jurídicas, em um quadro no qual Estatuto e Regimentos, em nome de uma versão deturpada de autonomia universitária, sobrepõem-se à legislação federal. A acusação foi inteiramente construída sobre depoimentos de cinco testemunhas — duas delas ausentes quando da suposta “invasão”. Versão distinta foi apresentada pelas três testemunhas de defesa, e confirmada pelo circuito interno de câmeras. O relatório final da Comissão Processante, todavia, faz tábula rasa das contradições, para concluir que Brandão “amedrontou” os funcionários, ameaçou o patrimônio e ofendeu, na figura de Toledo, a “Instituição Universidade de São Paulo”.

A demissão de trabalhadores em gozo de estabilidade sindical exige, por lei, a precedente realização de inquérito judicial. A USP ignorou essa determinação e simplesmente nega a estabilidade, afirmando que

“jamais autorizou, e nem poderia, qualquer eleição no sindicato”, como se tivesse o poder de tutelar a organização sindical dos funcionários. Por isso, não deixa de ser curioso saber que a Reitoria assentiu, em janeiro de 2008, na liberação de ponto dos diretores titulares

A verdade é que Suely teve oportunidades para reverter a demissão de Brandão, mas se negou a tanto: a USP derrubou a reintegração concedida pela Justiça e, depois, permaneceu irredutível na audiência conciliatória

do Sintusp recém-empossados, por meio de ato devidamente publicado no *Diário Oficial*, o que desmente de modo cabal o absurdo discurso sobre autorização de eleições.

Diante de inúmeros questionamentos, dentro e fora da USP, a Reitoria fincou pé na alegação de que uma eventual reconsideração está fora de suas mãos, cabendo apenas à Justiça. A verdade é que, tendo oportunidades para reverter a demissão, a reitora Suely Vilela

negou-se a tanto: a reintegração como medida de tutela antecipada, concedida pela Justiça, foi derrubada por mandado de segurança solicitado pela USP; e no dia 15 de julho, em audiência de conciliação no marco da reclamação trabalhista movida por Brandão, a Reitoria permaneceu irredutível.

Na véspera da audiência, uma comissão do Comando de Mobilização e Autodefesa dos Trabalhadores reuniu-se com Alberto Carlos Amadio, chefe de gabinete de Suely Vilela. Benedito Vitorino, funcionário da Coordenadoria de Comunicação Social e um dos membros do Comando, relata que Amadio afirmou então que os advogados da CJ iriam “fazer a parte deles e lutar para que não seja aceito o acordo”, isto é, a reintegração do sindicalista.

“Demitido, por enquanto, sou o único”, observa Brandão, lembrando, porém, que diversos funcionários respondem a processos administrativos e inquéritos. “Se somar isso aos processos em curso contra estudantes, por conta da ocupação [da Reitoria, em 2007], a única conclusão possível



Claudionor Brandão,
diretor do Sintusp

é que há por parte do governo e da burocracia acadêmica uma determinação de liquidar com o movimento sindical e estudantil”. Também como rescaldo da ocupação, o Sintusp e o Diretório Central dos Estudantes Alexandre Vannucchi Leme (DCE-Livre) respondem a processo por supostos danos ao patrimônio no valor de R\$ 360 mil.

A ocupação de 2007, aliás, converteu-se em pretexto para realização sistemática de reuniões do Co fora da Reitoria, em locais como a Fuvest e o semimilitarizado Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen). Votações polêmicas do período, como a da reforma da carreira docente, ocorreram nessas situações de exceção; alguns conselheiros, em geral representantes discidentes, foram avisados de última hora ou sequer foram notificados.

Em outro processo administrativo, três estudantes e dois diretores do Sintusp são acusados de haver impedido a entrada de professores e funcionários no Co, com uso de violência física, durante manifes-

tação realizada em 17 de junho de 2008. A portaria que o instaurou recorre a uma peça da Ditadura Militar, o Estatuto dos Servidores da USP (ESU), para aventar a possibilidade de “eliminação definitiva” dos “infratores”. Na ocasião,

O aluno Caetano Barros (FFLCH) foi processado por ter participado de um protesto durante reunião do Co, em junho de 2008. A Comissão Processante assim advertiu o advogado do rapaz: “Seu argumento é bom, mas não serve para dentro da USP”

os estudantes protestavam contra a extinção da Bolsa-Trabalho, e os funcionários estavam em negociação salarial. Os professores Sylvio Sawaya (FAU) e Glaucius Oliva, do Instituto de Física de São Carlos (IFSC), registraram boletim de ocorrência contra os manifestantes.

“Eu defendo a convivência com o contraditório na universidade. Discordo radicalmente do uso da violência para você tentar impor su-

as idéias”, afirma Oliva. “Naquele momento, estávamos convocados para uma reunião do Co, e fomos impedidos de acessar esse prédio e de exercer uma atividade para a qual somos pagos pela sociedade. Fomos impedidos com violência, eu particularmente. Havia um grupo querendo entrar e um grupo nos empurrando para fora do prédio, para que a gente não entrasse, e isso seguido de outros tipos de agressão, não física. Eu me senti violentado naquele momento, e achei por bem registrar um boletim de ocorrência”, alega o professor.

Um dos acusados, Caetano Patta Porciuncula e Barros, estudante de Ciências Sociais, foi identificado em meio às cerca de 50 pessoas reuni-

das em frente à Reitoria por meio de fotografias tomadas por um professor. Seu caso, pensa ele, ilustra a inclinação da Reitoria por uma punição exemplar, com o intuito de inibir a participação política. Barros recebeu a intimação para depor diante de seus colegas de classe, durante uma prova. “Então me retirei da sala para saber o que estava acontecendo. ‘Pode

ficar tranqüilo, é muito simples: você foi identificado numa atividade do sindicato dos funcionários da USP, na qual você teria agredido algum professor. Então você tem que comparecer para prestar o seu depoimento, sob risco de jubilação.”

Em 2009, Barros foi chamado a depor na polícia. “Por mais que ninguém goste de prestar depoimento na polícia, lá você ainda tem alguém, digamos, buscando o mínimo de neu-



tralidade, que é uma coisa que não existe na Comissão Processante”, afirma. A comissão é composta por três professores titulares, nomeados pela reitora; sem qualquer justificativa, o depoimento de Barros foi colhido na Escola Politécnica. Seu advogado foi autorizado a acompanhá-lo, mas teve de ouvir da comissão, como lembra o estudante, que a USP produz suas próprias leis, situando-se acima do ordenamento jurídico nacional: “Seu argumento é bom, mas não serve para dentro da USP. Afinal, a USP é uma autarquia, que tem o seu próprio Estatuto, e ele não tem muitos dos pontos que a Constituição tem”.

O advogado Idibal Pivetta, que se notabilizou como defensor de presos políticos, avalia que a Reitoria tem incorrido em aberrações jurídicas. Ele representou Daniel Sene e Ilana Tschiptschin, estudantes da FAU que, em 9 de agosto de 2005 (no último semestre da gestão do reitor Adolpho Melfi), depois de detidos pela Guarda Universitária e entregues a uma delegacia de polícia, foram processados e condenados em

primeira e segunda instâncias por terem pintado no asfalto uma convocação para um ato público. No último dia 13 de abril, o ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, julgou prescrita a condenação. “O inquérito pedido pela Reitoria e o processo judicial são uma mancha, que prejudica a universidade”, afirma Pivetta. “Os estudantes não tinham

para pôr fim à ocupação simbólica da faculdade por manifestantes do MST e de outros movimentos sociais, parte da Jornada de Lutas em Defesa da Educação Pública. Em outra ocasião, Rodas mandou fechar preventivamente a sede da faculdade. Isso ocorreu em 18 de junho de 2009, quando cinco mil manifestantes, exigindo a retirada da PM do campus do Butantã, deslocaram-se do Masp até o Largo São Francisco, onde um ato público concluiu a atividade. Ao chegar, a passeata já encontrou cerradas as portas da Faculdade de Direito.

Em fins de 2008, a direção da Escola de Educação Física e Esporte resolveu punir os estudantes supostamente responsáveis pela brincadeira conhecida como Megaval ou “lavagem do corredor”. O passo inicial foi a sindicância; depois, o processo, instaurado pela portaria D-EEFE 045/2009, de 2/4/09. As punições serão as estipuladas no antigo Regimento Geral da USP: o decreto 52.906/1972 (editado, portanto, na fase mais repressiva da Ditadura). A própria portaria já antecipa que sete estudantes estão “em princípio, su-

Em Pirassununga, onde, segundo Vera Monezzi, “sempre houve coronelismo”, a coordenação do campus é acusada de perseguir os funcionários, o que inclui a destruição de uma horta e ameaças de corte de ponto durante a greve

cometido ilícito nenhum. O estudante é, antes de tudo, um cidadão, e tem o dever de participar das grandes decisões nacionais”.

Os dirigentes universitários que exercem a política autoritária parecem estimular uns aos outros, em matéria de atitudes intolerantes. Em agosto de 2007, João Grandino Rodas, diretor da Faculdade de Direito, convocou a tropa de choque da PM

Daniel Garcia



Caetano Barros, aluno submetido a Comissão Processante e ameaçado de expulsão

jeitos à sanção de eliminação do curso, prevista nos artigos 248, IV e 249, IV do referido Decreto” — destacado no original, em maiúsculas, para que não restem dúvidas.

Igualmente grave é o que ocorre em Pirassununga, onde funcionários acusam o coordenador do campus, Marcelo Ribeiro, de haver, por pura retaliação, destruído plantas cultivadas por eles. “No campus de Pirassununga sempre houve uma política de coronelismo”, declara Vera Monezzi, funcionária do Instituto de Ciências Biomédicas. Na greve de 2004, o então prefeito do

campus, Marcus Antônio Zanetti, solicitou a presença da PM e, para impedir a paralisação dos circulares, dirigiu, ele próprio, um ônibus — o que resultou em acidente.

“Agora, na greve de 2009, sentimos que foi uma coisa diferenciada: autoritária, mas respaldada na atuação da reitora”, observa Vera, que representa o comando de greve em Pirassununga. Há denúncias de mapeamento de grevistas, ameaças de corte de ponto e chantagens dirigidas contra funcionários que vivem no campus: ao atuar na greve, “corriam o risco” de perder a moradia.

No dia 26 de junho, após uma tensa reunião com os funcionários, que questionavam essas práticas repressivas, Ribeiro mandou destruir uma horta e cortar um pé de mamão, com mais de 50 frutos, que foram atirados em um pasto. “Lá é um hábito dos trabalhadores: todo mundo tem uma hortinha ou então adotou uma árvore”, diz Vera. “Os funcionários ficaram muito chocados, entenderam que aquilo foi uma represália”.

Ribeiro admite o corte do mameiro, mas o insere no contexto de uma política de gabinete levada a cabo desde 2006, que prevê, entre outras medidas, o corte de árvores. “O fato de este trabalho ter continuado durante o período de greve não permite o estabelecimento de qualquer correlação”, defende-se. “Existem espaços nos quais temos permitido o plantio de pomar e de hortas, desde que mais distantes dos prédios (sem prejudicar os imóveis e calçadas e, especialmente, redes de iluminação e de água), e em harmonia com os planos de ocupação e de expansão”.

Ao entregar o cargo, Suely Vilela deixará para trás estilhaços e pegadas de coturnos. Resta saber o que fará desse legado o próximo reitor ou reitora.



Vitor Flynn

DESCUMPRIMENTO DA AÇÃO DO GATILHO SUGERE “PODER JUDICIAL PARALELO” NA USP

Daniela Alarcon
Jornalista

Daniel Garcia



Na reunião de 23/3/06, a reitora sinalizou maior rapidez quanto ao Gatilho

Protelações, subterfúgios, inverdades patenteiam a litigância de má fé da USP nesta ação, pois ela se nega a cumprir sentença definitiva da Justiça, de 2003, que determinou: 1) incorporação de reajuste de 32,96% aos vencimentos dos beneficiários, 2) pagamento das diferenças de vencimentos decorrentes desse reenquadramento desde 1988, 3) pagamento, com atualizações, dos montantes correspondentes a gatilhos não pagos no segundo semestre de 1987 e 4) pagamento da diferença dos gatilhos disparados no primeiro semestre de 1987 pagos com atraso

“**A** reitora deve não só se preocupar com o ensino de qualidade, o alto nível das pesquisas, a expansão de vagas e a implantação de novos *campi* da USP, mas também respeitar os direitos trabalhistas de seus professores e funcionários”, protesta o professor Etelvino Bechara, do Instituto de Química. Ele é um dos mais de 3 mil docentes beneficiados pela chamada “Ação do Gatilho”, que esperam a execução, por parte da universidade, de um processo vencido em primeira instância há oito

anos — e confirmado, em segunda instância, há seis anos. A sentença judicial repõe perdas salariais sofridas em 1987, no governo Quéricia **(leia p. 28)**.

Muitos beneficiários são docentes aposentados, caso de Bechara. “Depois de trabalhar quase 14 anos além do meu tempo de aposentadoria, esperava um tratamento mais justo e respeitoso por parte da Reitoria”, assinala. “Somando-se a seis meses de licença-prêmio que ‘doei’ à USP, os recursos economizados por ela para me manter ativo e produtivo na graduação, pós-graduação e extensão suplantam de longe o que ela judicialmente me deve

agora e não paga. É constrangedor ter de apelar para um argumento desta natureza, o de cobrança, mas é o que a reitora me força a fazer.”

Em conduta que, na opinião de muitos, constitui litigância de má fé, a universidade se nega a cumprir o que a Justiça determinou: que incorpore aos vencimentos dos beneficiários um reajuste de 32,96%; que lhes pague as diferenças de vencimentos decorrentes desse reenquadramento salarial desde 1988; e, ainda, que lhes pague, com as devidas atualizações, os montantes correspondentes aos gatilhos não pagos no segundo semestre de 1987 e a diferença dos gatilhos dispa-

dos no primeiro semestre daquele ano, que foram pagos com atraso.

Na avaliação de outro beneficiário, o professor Antonio Gusman, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, também aposentado, há uma espécie de “poder judicial paralelo” instalado na USP. “Uma ação com sentença definitiva, em que não cabem mais recursos e que já deveria ter sido executada, está sendo ignorada, desobedecida claramente pela Reitoria e seu corpo jurídico. A Reitoria somente usa subterfúgios pí-fios e vai levando ‘em água morna’, de forma jocosa, inaceitável perante uma questão tão séria”.

A Ação do Gatilho foi ajuizada pela Adusp em maio de 1990, na forma de Reclamação Trabalhista Coletiva contra a Universidade de São Paulo e [a] Fazenda Pública do Estado de São Paulo. Ela se beneficiava de um direito trabalhista recém-conquistado, inscrito na Constituição de 1988: o substitutivo processual, que permitia ao sindicato representar judicialmente a categoria. A ação foi acolhida, mas o Tribunal Regional do Trabalho determinou seu desmembramento: o caso dos docentes estatutários deveria ser remetido à Justiça Comum, ao passo que a situação dos docentes celetistas seria analisada pela Justiça do Trabalho.

Após um longo processo, em 27 de abril de 2001 a ação foi considerada procedente pelo juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, Luciano Fernandes Galhane. Também na Justiça do Tra-

balho a ação foi ganha. As decisões acolhiam integralmente o pedido inicial da Adusp. Ao que se tem notícia, foi a única sentença referente ao gatilho no Estado, até o momento, que determinou não apenas o pagamento dos atrasados, mas a incorporação da diferença nos vencimentos atuais. Como se tratava, contudo, de uma decisão em primeira instância, cabia recurso — expediente utilizado pela USP e que, se não serviu para que ganhasse a causa, contribuiu para o prolongamento do processo. Em 2003, a 5ª Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento ao

Definida a chamada “lista incontroversa”, a Adusp solicitou ao Juiz a imediata execução da sentença para esses beneficiários. O pedido foi acolhido, mas ainda não foi cumprido pela USP

recurso da Reitoria. Com isso, o processo desceu à primeira instância, para execução.

No início de seu mandato, a reitora Suely Vilela parecia apontar para o rompimento da inação que caracterizara a gestão de Adolpho Melfi. Recém-empossada, em reunião com a diretoria da Adusp, em janeiro de 2006, comprometeu-se a tomar as providências necessárias ao pagamento do gatilho. É obrigação da universidade, que detém todas as informações sobre a vida funcional dos docentes, estabelecer a lista de beneficiários e fornecer

sua evolução salarial, para que se calculem os montantes a pagar. Em 17 de fevereiro, a USP publicou no *Diário Oficial* uma relação de 2.800 docentes para os quais reconhecia a “obrigação de fazer”.

Iludiu-se, contudo, quem vislumbrou um desfecho próximo; a publicação era tão somente o início de uma burlesca sucessão de listas de beneficiários corrigidas seguidamente, de cálculos equivocados, de reiteradas protelações. Somente em 1º de setembro de 2006, fruto de insistentes solicitações da Adusp, é que foi realizada a primeira reunião entre o sindicato e a Reitoria, com vistas a dirimir as divergências em relação à lista de beneficiários, bem como para acordar a sistemática do cálculo dos valores devidos. Em despacho de 18 de julho de 2008, o Juiz solicitou à USP “concluir e apresentar com segurança e boa-fé a lista de beneficiários”, acrescentando que o andamento

da fase de execução “já está lamentavelmente tumultuado”.

Depois de refazer a relação de beneficiários diversas vezes, a Reitoria chegou a uma lista que incorpora cerca de 500 novos nomes em relação à publicada no *Diário Oficial* em 2006. Persistem, todavia, discordâncias. A universidade se nega a incluir entre os beneficiários os pesquisadores de museus e professores da Escola de Aplicação, entre outros trabalhadores que exerciam atividade docente à época do gatilho, sob a justificativa de que, na jurisprudência administra-

tiva da USP, são enquadrados como funcionários, e não como docentes.

Porém, uma vez definida a chamada “lista incontroversa” (ou seja, uma relação de beneficiários incontestes), a Adusp decidiu solicitar ao Juiz a imediata execução da sentença para esses professores, que são a maioria, deixando para discutir em separado os casos objeto de discordância. Uma requisição nesse sentido foi apresentada em 19 de janeiro de 2009. Solicitou-se, ainda, que o magistrado instasse a USP a justificar e comprovar, caso a caso, todas as exclusões de beneficiários. O pedido, acolhido pela Justiça, ainda não foi cumprido pela universidade.

O que fez a Reitoria, em lugar de cumprir sua obrigação? Enviou a diversos docentes, em 27 de abril, uma carta circular, tratando de imputar à Adusp a demora no pagamento dos benefícios devidos, e transferindo ao sindicato a realização de procedimentos que,

segundo a sentença, são de inteira responsabilidade da ré, ou seja, a USP. O tiro saiu pela culatra, pois inúmeros beneficiários irritaram-se com a tentativa da administração de tapeá-los e fazer da Adusp o bode expiatório pelo inexplicável descumprimento da sentença.

No caso dos docentes celetistas, que são em pequeno número, foi preciso apelar a um perito para demonstrar a sua existência e a respectiva dívida da USP para com eles. “A sentença concede a esses professores o gatilho, o reajuste e mais as incorporações”, observa Fernando Leis-

Daniel Garcia



Professor Etelvino Bechara

Ao postergar o pagamento, a USP onera o orçamento: a sentença prevê multa de 0,5% a cada mês decorrido sem cumprimento da ação, mais a correção monetária. Uma explicação para essa atitude irresponsável seria a expectativa de aprovação da “PEC do Calote”

ter de Barros, advogado que atua no processo que corre na Justiça do Trabalho. “Mas a universidade dizia simplesmente que não havia docentes celetistas. Até o momento em que nós solicitamos uma perícia e o levantamento identificou alguns docentes celetistas”.

Ainda assim, a USP permaneceu irredutível, de modo que a juíza da 11ª Vara do Trabalho, Celita Carmen Corso, determinou o retorno do perito à universidade — desde 9 de maio ele realiza nova verificação, sem prazo para conclusão. “A USP volta sempre a debater coisas que

já foram debatidas. Se ela consegue fazer o pagamento do salário de 5 mil professores, ela não consegue responder à juíza qual a situação funcional deles, não consegue saber quem é celetista? Isso é um tanto injustificável”, comenta Barros.

Além da má vontade demonstrada pela Reitoria para indicar o universo de beneficiários, estatutários e celetistas, os valores a serem pagos também têm sido alvo de questionamento. “A universidade bateu, no início, só por anular o processo, por diversas vias. Em momento nenhum ela contestou as contas, pois achou que ia anular o processo e ponto.

Quando saiu a sentença, aí ela passou a querer discutir os valores a pagar”, lembra-se Américo Kerr, professor do Instituto de Física e beneficiário.

O advogado José Roberto Manesco, que representa os docentes estatutários, observa que os argumentos empregados pela USP ao longo de todo o

processo, e mesmo agora, durante a fase de execução, não são de ordem jurídica, mas econômica — ou, como ele diz, “terrorista”. “O problema da Reitoria é a resistência que eles têm de cumprir a obrigação de fazer. Desde a sentença, estão resistindo bravamente — tanto que publicaram uma lista de docentes beneficiados e disso não resultou um centavo a mais no holerite de ninguém. Eles se recusam a fazer o reenquadramento de modo a incorporar os 32,96%, dizem que a universidade vai quebrar”.

“A Reitoria se refere a um montante impossível de pagar, que, na

HISTÓRIA

QUÉRCIA, AUTOR DA DÍVIDA ORIGINAL

Meados de 1987. “Justiça social”, “não deterioração dos serviços públicos”, “manutenção do gatilho”, “não aprovação do Projeto Quércia”: eram essas as palavras de ordem do funcionalismo público estadual. Num cenário de hiperinflação, o governo de José Sarney aprovava, em fevereiro de 1986, o chamado Plano Cruzado, estabelecendo, entre outros dispositivos, o gatilho salarial. Determinava-se, assim, o reajuste automático dos salários sempre que o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) acumulasse variação de 20%.

Em 2 de julho do mesmo ano, o governador de São Paulo, Franco Montoro, sancionou a Lei Complementar 467/86, regulamentando o gatilho para o funcionalismo estadual. Porém, ao assumir o governo estadual, em janeiro de 1987, Orestes Quércia decidiu liquidar esse direito.

O governador Quércia alegava previsão de queda na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mer-

cadorias (ICM) e alto comprometimento da arrecadação com a folha salarial do funcionalismo (cenário desconstruído por estudos apresentados à época). Para alcançar seu intento, Quércia atacou em dois flancos. Além de não pagar os gatilhos disparados a partir de março, enviou à Assembléia Legislativa (Alesp) o Projeto de Lei Complementar nº 8/87, com o intuito de revogar o artigo que garantia o gatilho. O PLC previa reajustes semestrais, mas o próprio Quércia modificou o texto original, aceitando reajustes quadrimestrais. Mas estes também não neutralizariam as perdas salariais em cenário de inflação galopante.

No dia 7 de maio, o funcionalismo estadual deflagrou greve geral contra os ataques de Quércia. “Devido à espiral inflacionária dos últimos meses o funcionalismo já tinha direito a 20% de reajuste no mês de março, 44% no mês de abril e certamente terá direito a 73% no

mês de maio, como as demais categorias de trabalhadores. Nenhum desses reajustes foi incorporado até o momento”, denunciou a Adusp, em carta aberta aos estudantes. Junto a outras associações de funcionários públicos do Estado, compunha o chamado “grupo dos dezenove”, à frente da mobilização.

A repressão ao movimento veio na forma de ameaças reiteradas de corte de ponto. Na USP, o então reitor José Goldemberg recorreu à polícia, que ocupou o campus Butantã. Um protesto de estudantes secundaristas de Itu, durante visita de Quércia à cidade, desencadeou uma pequena e disparatada operação do Exército. Apesar disso, a greve tomou grandes proporções. Segundo informações da *Folha de S. Paulo*, já na primeira semana a adesão era total na Unesp, chegava a 90% na Unicamp e 70% na USP. Além da educação, setores como saúde e agricultura estavam fortemente mobilizados.

realidade, alcançou valores altos em virtude da protelação do pagamento pelos próprios reitores que foram se sucedendo”, destaca o professor Gusman. De fato, com a postergação a universidade acaba por onerar o orçamento público, uma vez que a sentença prevê multa de 0,5% a cada mês decorrido sem o cumprimento da ação, além da correção monetária. Ainda assim,

os docentes questionam o valor total estimado pela Reitoria, que em determinado momento falou em R\$ 20 bilhões. Trata-se de “uma conta muito esdrúxula”, aponta o professor Kerr. “Pegaram como beneficiário típico um sujeito muito especial: um professor titular na compulsória em 1990, que tinha incorporado todos os adicionais: chefia, noturno... Mesmo que se multiplicasse por 3

mil beneficiários o que tinha de pagar para esse indivíduo, não daria o valor que eles diziam que teriam que pagar no total da ação”.

Alguns aventam, como uma das causas para a protelação, a hipótese de que a universidade esteja à espera da eventual aprovação do Projeto de Emenda à Constituição nº 12, de 2006, que altera o regime de pagamento de precatórios. Criada



Em Itu, Exército foi mobilizado para defender Quércia de manifestantes (ao lado)

Manifestação em favor do gatilho, diante do Palácio dos Bandeirantes, em 12/6/1987 (abaixo)

Fotos: Jorge Araújo/Folha Imagem



Após acordo com as bancadas do PMDB e do PFL, em 12 de maio, o governador enviou um substitutivo ao PLC, prevendo reajustes trimestrais e o pagamento dos dois gatilhos já disparados, de março e abril. No mesmo dia, os trabalhadores seguiram em passeata do Masp à Alesp. Carregavam um caixão com os dizeres “Aqui jaz um funcionário que esperava pelo gatilho”. Em assembléia geral, deliberaram pela continuidade da greve. Dois dias depois, uma comissão de trabalhadores de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo chegou a Brasília, para reivindicar ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, a manutenção do gatilho.

Em 21 de maio, o PLC foi finalmente rejeitado pela Alesp. No dia seguinte, reunido em assembléia, o funcionalismo estadual decidiu suspender a greve, manter a mobilização e conceder prazo até 10 de junho para

que o governo pagasse os gatilhos atrasados e abrisse negociações; caso contrário, a greve seria retomada no dia seguinte. Caracterizando a ação do governo estadual como um “balão de ensaio

para a extinção do gatilho a toda a classe trabalhadora do país”, o Andes e outras entidades sindicais decretaram 27 de maio como Dia Nacional de Luta em Defesa do Gatilho, convocando um ato público na Praça da Sé.

Diante da persistência da política de Quércia, no dia 11 de junho os trabalhadores decidiram, por ampla maioria, retomar a greve. Os gatilhos do primeiro semestre acabaram pagos, mas sem correção monetária.

pelo ministro Nelson Jobim, então presidente do Superior Tribunal Federal, e apresentada pelo senador Renan Calheiros, ambos do PMDB, foi aprovada pelo Senado Federal em março deste ano e agora tramita na Câmara dos Deputados.

Apelidada por juristas de “PEC do calote”, propõe que se limite o pagamento total de precatórios a um percentual da despesa primária

líquida do ano anterior — no caso dos Estados, 3%. Além disso, determina o fim da ordem de preferência no recebimento da dívida, ao institucionalizar a figura de um leilão “reverso”, que dará preferência aos beneficiários de precatórios que ofereçam o maior deságio nos montantes a receber. Para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), trata-se de uma “verdadeira moratória”.

Apesar da pressão dos trabalhadores, ainda em junho ele foi derrubado no nível federal, com a implementação do Plano Bresser. Embora a lei estadual seguisse vigente, independentemente da federal, Quércia aproveitou esse subterfúgio para não pagar os gatilhos do segundo semestre. Em março de 1988, o mecanismo foi finalmente extinto no Estado, com a publicação da LC 535/88, de 29 de fevereiro.

De acordo com suas estimativas, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo a espera dos credores pelo pagamento de precatórios passará a ser, em média, de 50 anos. “Para quem já esperou 20 anos, o que seriam mais 50?”, talvez se pergunte a Reitoria, insensível ao fato de que alguns beneficiários da Ação do Gatilho já faleceram sem receber os valores a que tinham direito.

A GALOPANTE REFORMA DA CARREIRA DOCENTE, SUSPENSA POR LIMINAR

Tatiane Klein
Estudante de Jornalismo

Daniel Garcia



Debate sobre a carreira promovido pela Adusp na História, em 18/5/2009

Aprovada “a toque de caixa”, a criação de níveis intermediários e progressão horizontal na carreira, com acréscimos salariais, parece pretender a desmobilização da categoria, mas encontra forte resistência — pautada no entendimento de que não tem motivação clara e possui um forte viés produtivista, que exacerbará a competição entre os docentes. O método também recebe críticas, pois a reforma do Estatuto em fatias desfavorece uma visão integral, de projeto de universidade. De qualquer modo, em agosto de 2009 uma liminar suspendeu a reforma

Conduzida *manu militari* por uma comissão especial hegemônica por hierarcas de sua confiança, a reforma da carreira docente planejada pela reitora Suely Vilela certamente impactará a memória de sua gestão, porém de modo negativo. A mudança, aprovada pelo Conselho Universitário (Co) de 4/3/2009, e publicada como Resolução USP 5.529, de 17/3/2009, consiste na introdução de níveis de progressão horizontal entre os docentes. Item de pauta da greve do primeiro semestre de 2009, que propunha sua retirada, a reforma continua a gerar fortes questionamentos entre os professores. A Adusp impetrou recursos administrativos e também judiciais contra a decisão.

A carreira aprovada pelo Co cria cinco níveis intermediários: dois níveis ou “degraus” de Professor Doutor ou MS-3 (1 e 2) e três níveis de Professor Associado ou MS-4 (1, 2 e 3). Cada novo “degrau” corresponde a uma remuneração ligeiramente maior. Conforme o texto alterado do artigo 76, §1º, do Estatuto da USP, o grau inicial da carreira (Professor Doutor 1) e o grau final (Professor Titular) “constituem cargos”, ao passo que “as categorias de Professor Doutor 2 e Associado 1, 2 e 3 constituem níveis da carreira”.

A ascensão de um nível a outro fica na dependência de uma avaliação a ser pleiteada pelo docente, preferencialmente a cada cinco

anos, e a ser realizada com base em memoriais. O texto aprovado para o Artigo 76, §5º, define: “Cumpridos os requisitos exigidos, o Professor Doutor 1 e os Professores Associados 1 e 2 poderão ascender, respectivamente, aos níveis de Professor Associado 1 e Professor Titular, sem a obrigatoriedade de passar por todos os níveis da carreira”.

A reforma introduziu, ainda, dispositivos nos artigos 46 e 55 do Estatuto que interferem pontualmente na estrutura de poder, ao permitir ao Professor Associado 3 dirigir unidades, e aos 3 e 2, depar-

“A reforma da carreira só pode estar associada a um projeto de universidade”, declara o professor João Zanetic, da Adusp. “Assim, deveria estar inserida num processo de reavaliação integral do Estatuto da USP”, a cargo de uma Estatuante paritária

tamentos — prerrogativas antes reservadas aos professores titulares. Exceto por este detalhe, manteve-se a hegemonia do Professor Titular. Por outro lado, os critérios de avaliação dos docentes para efeitos de “promoção horizontal” na carreira provocaram tanta celeuma no interior do próprio Co que não chegaram a ser votados em 4/3: criou-se uma comissão *ad hoc* para a tarefa de elaborá-los, de modo que a aprovação “em fatias” do Estatuto chegou ao ponto de fatiar um único assunto.

Críticas recaem tanto sobre a nova carreira, quanto sobre a reforma do Estatuto em curso. Em 2005, o Conselho de Representantes da Adusp redigiu documento intitulado “É necessário reformular o Estatuto da USP”, que destacava o teor antidemocrático do Estatuto e defendia a realização de uma Estatuante, ampla, geral e soberana. A reforma estatutária iniciada em 2006, sob a batuta da Comissão Especial de Reforma do Estatuto (CRE), guarda enorme distância dessas reivindicações.

“A primeira comissão de reforma do Estatuto foi votada na primeira reunião do Co de 2006, portanto dois meses depois do início da gestão da professora Suely Vilela”, relata o professor Glaucius Oliva, do Instituto de Física de São Carlos, membro da CRE e da comissão *ad hoc* que definiu os critérios de avaliação para a ascensão na carreira. A CRE iniciou seus trabalhos fazendo uma consulta a todas as unidades sobre alterações possíveis no Estatuto. Oliva conta ter mapeado todas as sugestões, produzindo um histograma com a frequência de aparecimento de cada artigo: “Os principais eram carreira, estrutura administrativa e estrutura de poder”.

Foi por opção da comissão que a aprovação das mudanças passou a ser feita em blocos. A primeira a ser alterada foi a estrutura administrativa, em um processo chamado pela Reitoria de “descentralização administrativa”. Foram realizadas

audiências públicas nos *campi* da USP, para discutir as alterações com a comunidade: “Eu viajei para nove cidades e foi um pouco frustrante de fato. Isso reflete o fato de que hoje não temos as pessoas motivadas para discutir as questões fundamentais da universidade”, lamenta Oliva, a propósito do esvaziamento das audiências, concluídas em setembro de 2008.

Após as audiências, as unidades tiveram apenas dois meses para discutir a proposta de carreira encaminhada pela CRE. Em 4/3/2009, sob protestos, o Co votou e aprovou a reforma. Glaucius Oliva, no entanto, rechaça a crítica de açodamento: “Houve inúmeras oportunidades para a manifestação”. Oliva, que é candidato a reitor, considera natural que as mudanças sejam conduzidas pelo Co e não por uma Estatuinte.

Parte da comunidade acadêmica discorda. O professor João Zanetic, presidente da Adusp, considera que o processo de reforma da carreira foi mal encaminhado desde o início, e reitera a centralidade da Estatuinte: “Em primeiro lugar, a reforma da carreira só pode estar associada a um projeto de universidade. Assim, deveria estar inserida em um processo de reavaliação integral do Estatuto da Universidade. E a Adusp, para uma realização completa da reforma do Estatuto, que contemple aspectos acadêmicos, sociais e políticos, sempre propôs a convocação de uma Estatuinte paritária”, explica.

Os questionamentos à nova carreira desembocaram, rapidamente, em um manifesto com 610 assinaturas (vide www.adusp.org.br), que pede ao Co a anulação da Resolução 5.529/2009. Uma das razões apontadas pelo manifesto é que, “contrariamente ao que se esperaria em uma proposta de reforma de Estatuto, não houve, por parte dos propositores das mudanças, um documento explicativo, direcionado a toda a comunidade universitária, apontando o que considerassem necessário modificar no Estatuto vigente e enquadrando-o em uma explicitação de projeto de Universidade que requeira tal modificação”,



Professor Glaucius Oliva

Um dos 16 mandados de segurança individuais, impetrados por docentes, obteve liminar favorável na 7ª Vara da Fazenda Pública, o que resultou na suspensão dos efeitos da Resolução 5.529/2009

nem ocorreu “um processo em que os órgãos colegiados da Universidade pudessem discutir essa reforma, com documentos escritos que circulassem durante tempo suficiente para considerar as modificações propostas por cada um deles, com retorno entre os diferentes níveis (conselhos departamentais, congregações e conselhos de curso)”. Além disso, “também inexistiu uma explicação sobre qual urgência teria impedido o processo descrito no ponto anterior”.

A Adusp, por seu turno, entrou com recurso administrativo contra

a decisão do Co, o qual, por decisão de Suely Vilela, não foi submetido ao conselho nas reuniões posteriores: “A Reitoria em momento algum se dispôs a um diálogo com a Adusp”, explica o professor Zanetic. Para ele, há um grave equívoco na

pressa demonstrada pela Reitoria para implementar “uma alteração mal discutida, mal explicada e pessimamente votada”.

O passo seguinte foi o ajuizamento de ações na justiça. A Adusp impetrou um mandado de segurança coletivo, que foi negado. Outros 16 mandados, individuais, foram impetrados por docentes, um dos quais obteve em 15/8 liminar favorável na 7ª Vara da Fazenda Pública, o que resultou na suspensão dos efeitos da decisão do Co sobre a carreira. Nas semanas seguintes, diversas congregações decidiram

O ESTATUTO ANTES E DEPOIS DA RESOLUÇÃO 5.529/2009

TEXTO ANTERIOR

TEXTO APÓS A REFORMA

ARTIGO 46

O Diretor e o Vice-Diretor serão escolhidos pelo Reitor de lista tríplice de Professores Titulares, elaborada pelos membros da Congregação e dos Conselhos de Departamento, especialmente reunidos para essa finalidade, cabendo a cada eleitor apenas um voto. (ver também a Resolução nº 3983/92)

§ 1º - A Unidade que não dispuser de Professores Titulares, em número suficiente para compor a lista, poderá completá-la com a inclusão de Professores Associados a ela pertencentes. (...)

O Diretor e o Vice-Diretor serão escolhidos pelo Reitor de lista tríplice de Professores Titulares ou Professores Associados 3, elaborada pelos membros da Congregação e dos Conselhos de Departamento, especialmente reunidos para essa finalidade, cabendo a cada eleitor apenas um voto.

§ 1º - A Unidade que não dispuser de Professores Titulares e de Professores Associados 3, em número suficiente para compor a lista, poderá completá-la com a inclusão de Professores Associados 2 e, se necessário, de Professores Associados 1. (...)

ARTIGO 55

O Conselho do Departamento elegerá, dentre os seus membros, o Chefe do Departamento, devendo a escolha obedecer aos seguintes critérios: (ver também a Resolução nº 3983/92)

I - o Chefe deverá ser um Professor Titular desde que o número de membros dessa categoria no Conselho do Departamento seja igual ou superior a três; (...)

O Conselho do Departamento elegerá, dentre os seus membros, o Chefe do Departamento, devendo a escolha obedecer aos seguintes critérios:

I - o Chefe deverá ser um Professor Titular ou Professor Associado 3 ou 2 desde que o número de membros dessas categorias no Conselho do Departamento seja igual ou superior a três;

II - na hipótese de não haver três Professores Titulares e Professores Associados 3 e 2 no Conselho, o Chefe será eleito do conjunto dos Professores Titulares e de todos os Associados membros do Conselho, desde que esse conjunto seja formado no mínimo por cinco docentes; (...)

ARTIGO 76

O desempenho das atividades docentes, obedecido o princípio de integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, far-se-á dentro das seguintes categorias docentes:

I - Auxiliar de Ensino;

II - Assistente;

III - Professor Doutor;

IV - Professor Associado;

V - Professor Titular.

§ 1º - As categorias docentes mencionadas nos incisos III a V constituem a carreira docente.

§ 2º - Em qualquer das categorias docentes poderá existir mais de um docente por Departamento.

§ 3º - As categorias da carreira docente referidas nos incisos III e V constituem cargos; a referida no inciso IV, função.

§ 4º - A Universidade providenciará, anualmente, ouvidas as Congregações, a criação dos cargos de que trata o parágrafo anterior.

O desempenho das atividades docentes, obedecido o princípio de integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, far-se-á dentro das seguintes categorias docentes:

I - Professor Doutor;

II - Professor Associado;

III - Professor Titular.

§ 1º - A categoria inicial, de Professor Doutor, e a final, de Professor Titular, constituem cargos.

§ 2º - A categoria de Professor Doutor terá os níveis Professor Doutor 1 e Professor Doutor 2 e a categoria de Professor Associado terá os níveis Professor Associado 1, Professor Associado 2 e Professor Associado 3.

§ 3º - Decorridos, preferencialmente, 5 anos de permanência de nível na carreira docente, poderá ser pleiteada avaliação de mérito por Professor Doutor 1 para ascender a Professor Doutor 2; por Professor Associado 1 para Professor Associado 2; e por Professor Associado 2 para Professor Associado 3.

§ 4º - A solicitação deverá ser na forma de Memorial circunstanciado encaminhado para avaliação por intermédio da Diretoria da Unidade e com a ciência da Chefia do Departamento ou equivalente.

§ 5º - A avaliação será realizada nos termos do parágrafo único do artigo 78, conforme regulamentação própria, aprovada pelo Conselho Universitário.

§ 6º - Cumpridos os requisitos exigidos, o Professor Doutor 1 e os Professores Associados 1 e 2 poderão ascender, respectivamente, aos níveis de Professor Associado 1 e Professor Titular, sem a obrigatoriedade de passar por todos os níveis da carreira.

§ 7º - A Universidade providenciará, anualmente, ouvidas as Congregações e após aprovação do Conselho Universitário, a remessa ao Poder Legislativo dos projetos de lei de criação de cargos.

§ 8º - A Universidade poderá, mediante contrato por tempo determinado, admitir portadores de diploma de Graduação ou título de Mestre, nos termos de regulamentação específica, aprovada pelo Conselho Universitário.

TEXTO ANTERIOR	TEXTO APÓS A REFORMA
ARTIGO 78	
Os candidatos aos concursos de Professor Doutor e de Professor Titular, bem como à Livre-Docência, deverão apresentar Memorial circunstanciado e comprovar atividades realizadas, trabalhos publicados e demais informações que permitam cabal avaliação de seus méritos.	Os candidatos aos concursos de Professor Doutor e Professor Titular, bem como à Livre-Docência, deverão apresentar Memorial circunstanciado e comprovar as atividades realizadas. (NR) Parágrafo único - Na avaliação do memorial para Livre-Docência e progressão de nível na carreira docente deverão ser consideradas as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, preferencialmente nos últimos cinco anos.
ARTIGO 80	
O provimento do cargo de Professor Titular será feito mediante concurso público ou mediante transferência de Professor Titular de outra Instituição de Ensino Superior, sendo necessária, nesta hipótese, a manifestação favorável de dois terços dos membros da Congregação.	O provimento do cargo de Professor Titular será feito mediante concurso público.
ARTIGO 84	
O Professor Doutor que, mediante concurso público, obtiver o título de Livre-Docente, passará a exercer a função de Professor Associado.	O Professor Doutor portador do título de Livre-Docente outorgado pela Universidade de São Paulo ou por ela reconhecido passará ao nível de Professor Associado 1.
ARTIGO 85	
Em qualquer das categorias será permitida a admissão de docentes, respeitada a titulação correspondente. (...)	Suprimido.
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	
(...)	(...) Art. 21B - Os atuais Professores Doutores equivalentes ao nível 1, ocupantes de cargos efetivos, com mais de 5 anos decorridos desde a primeira admissão como Professor Doutor, poderão, quando da entrada em vigor desta Resolução, pleitear avaliação para progressão ao nível de Professor Doutor 2, nos termos do artigo 76. Art. 21C - Os atuais Professores Associados equivalentes ao nível 1, ocupantes de cargos efetivos, com mais de 5 e 10 anos decorridos desde o ingresso na categoria de Professor Associado, poderão, quando da entrada em vigor desta Resolução, pleitear avaliação para progressão aos níveis de Professor Associado 2 e Professor Associado 3, respectivamente, nos termos do artigo 76. Art. 21D - Os direitos vigentes dos atuais professores das categorias de Assistente e Auxiliar de Ensino ficam garantidos, bem como suas representações nos órgãos e colegiados universitários.

adiar o debate sobre os critérios de progressão horizontal na nova carreira docente, ignorando o prazo de 31/8 fixado pela Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA) para que se pronunciassem sobre tais critérios. O fato de estar o assunto *sub judice* foi devidamente levado em conta por algumas delas.

Além disso, ação cautelar da Adusp solicita a documentação referente à votação de 4/3. Isso porque, como devidamente apontado nos mandados de segurança, houve ilegalidades na aprovação da nova carreira pelo Co: na reunião, o representante dos professores assistentes (mestres) já possuía o título

de doutor; a aprovação da reforma aconteceu com o número mínimo de votos necessários para mudanças estatutárias (76), dando-se a votação por meio de cédulas improvisadas, sem controle, e, apesar de protestos de conselheiros, não houve recontagem.

Aline Tavella, representante dis-

Fotos: Daniel Garcia



Professor João Zanetic



Professora Valéria de Marco

cente no Co, assinala que o processo de aprovação da reforma foi pontuado por aspectos problemáticos: “Antes mesmo de saber o resultado da votação, a reitora já estava encaminhando a votação dos destaques, quando foi advertida de que não poderia fazer isso

sem saber se a reforma do Estatuto tinha sido aprovada ou não. O quórum mínimo afirmativo para que se pudesse votar a reforma do Estatuto era de 76 pessoas e o resultado da votação foi exatamente 76 favoráveis. Não tivemos a contagem dos presentes e das cédulas, para sabermos se os números batiam. Os RDs pediram recontagem dos votos, mas o pedido foi negado”.

Não há garantia da lisura do processo, segundo Aline: “A votação em papel foi um tanto atrapalhada. Vários funcionários distribuíam as

“A reforma vai sim significar estrutura de poder, hierarquia”, protesta a professora Valéria de Marco. “Os debates no Co não são conceituais, são debates de texto”, diz o professor Pablo Ortellado

cédulas — folhas sulfites cortadas ao meio, sem identificação da Reitoria — ao mesmo tempo. Qualquer pessoa facilmente poderia, aproveitando-se da confusão e da desorganização, pegar mais de uma cédula e votar mais de uma vez. Ou, se possuísse folhas de sulfite, podia cortá-las ao meio e votar novamente”.

Como pano de fundo do tumulto, percebeu-se a determinação de fazer a reforma passar “a ferro e fogo”, o que explicaria a negligência em cumprir os mínimos requisitos democráticos. “Em 1988 não ocor-

reu deliberação em bloco, ou seja, votava-se item por item”, compara o professor Zanetic, referindo-se ao processo anterior de mudança no Estatuto da USP. “E mais, sempre que o resultado da votação oscilasse em torno do quórum mínimo havia recontagem dos votos”.

No mérito, um dos problemas identificados na progressão horizontal dos docentes é o fato de não haver clareza quanto à fonte de financiamento dos reajustes salariais previstos. Inquirido a respeito, o professor Oliva responde que a Comissão de Orçamento e Patrimônio da USP (COP) foi consultada, por intermédio de seu presidente, professor Joaquim Engler, e garantiu que há recursos suficientes para

as despesas decorrentes do novo formato da carreira: “Esse impacto é significativamente menor do que os impactos que temos anualmente nos nossos reajustes lineares”, sustenta Oliva.

“O que a gente está fazendo”, prossegue, “é valorização das atividades

universitárias, da dedicação e do engajamento dos professores. Essa valorização deve se refletir em benefícios individuais: salário”, diz Oliva, quando questionado sobre a combinação de mérito acadêmico, política salarial e estrutura de poder (relativamente à prerrogativa concedida ao Professor Associado 3) que caracteriza a nova carreira. Vincular a estrutura de poder à carreira, segundo Oliva, preserva a idéia de que é preciso ter “professores experientes” participando mais profundamente, “em função



do seu mérito acadêmico”, da gestão administrativa das unidades: “Houve uma mistura da questão da estrutura de poder, mas porque era um dos consensos que a gente tinha identificado”.

A professora Valéria de Marco (FFLCH) não faz eco ao consenso identificado por Oliva. “Vamos trazer para a universidade mais uma rede de administração da vida acadêmica e que tem a ver com a estrutura de poder. A reforma vai sim significar estrutura de poder, hierarquia”, protesta. “Que ninguém se engane”, afirma Valéria em depoimento publicado no caderno *Carreira Docente em Debate* (Adusp, agosto de 2009), “se vingar, a progressão horizontal instalará mais degraus na nossa estrutura tão rigidamente hierárquica”.

Diante da queixa do professor Oliva, da CRE, sobre a “frustrante”, porque escassa, participação da comunidade nas audiências públicas promovidas pela Reitoria, o professor Pablo Ortellado (EACH) retruca: “Esses fóruns foram esvaziados porque não são deliberativos — você tem poder nenhum de colaborar. Receberam propostas, sugges-

tões, acho que incorporaram coisas de fato, mas não incorporaram as questões de fundo. Se a gente estivesse em uma democracia, haveria discussão das questões de fundo”. Ele exemplifica: “Qual a natureza do trabalho do professor, do pesquisador? É bom para o próprio trabalho que ele seja avaliado em termos quantitativos, que fique pressionado por resultados? Isso tem a ver com a missão pública da ciência?”

Ortellado questiona a racionalidade do novo formato da carreira: “Por que cinco níveis e não dois? Por que tem que haver nível? Os debates no Co não são conceituais, são debates de texto”. Além disso, acrescenta, não existe uma introdução dizendo por que tais medidas são necessárias. “Ela nunca é feita porque não tem democracia. O que eles apresentam é o texto. Não existe discussão, o que há é apresentação de proposta, burocracia de textos normativos, legislativos, e esses textos são emendados. Isso reflete uma tradição de falta de democracia”.

Para Zanetic, a criação de subníveis de Professor Doutor e Professor Associado, com a conse-

quente hierarquização de tipo “1, 2, 3”, ampliará a possibilidade de discriminações (de natureza política, pessoal ou outra qualquer) que já ocorrem atualmente. “À oligarquia que governa esta universidade sempre interessou patrocinar alterações que perpetuem esse *status quo*”, comenta o presidente da Adusp. “Assim, essa reforma pressupõe, de um lado, a divisão desigual dos recursos orçamentários utilizados no pagamento dos salários de cada categoria docente e, do outro, exacerba a vinculação da carreira docente com a estrutura de poder vigente na USP”.

Uma questão subjacente a todas essas mudanças refere-se aos efeitos da nova carreira sobre a organização docente, eventual fator explicativo do andamento a “toque de caixa” da reforma pretendida. Seriam os percentuais de reajuste incluídos nos novos “degraus” uma forma de tentar responder às históricas demandas salariais e, com isso, minar o movimento docente? “Minha expectativa é que meus colegas saibam separar os interesses acadêmicos e os estritamente salariais”, conclui o professor Zanetic.

NOVAS CARREIRAS NAS ESTADUAIS OBEDECEM À MESMA MATRIZ, MAS QUEBRAM ISONOMIA

A luta contra a reforma da carreira, tal como proposta, agora também se estende aos professores da Unesp e da Unicamp. Em um movimento quase orquestrado, as outras duas universidades estaduais também estão, como a USP, empreendendo alterações na carreira, ambas seguindo a estrutura de progressão horizontal vinculada a aumentos salariais e avalizada por comissões centrais.

A portaria GR-18 de 23/6/2009, da Reitoria da Unicamp, revela um traço central das reformas. Designa membros “para compor Comissão incumbida de organizar, sistematizar e apresentar estudo sobre a Carreira do Magistério Superior (MS), de acordo com a recomendação apresentada pelo Cruesp (Ofício nº 14/2009)” (destaque nosso).

Esses documentos dão a entender, portanto, que, estando a reforma da carreira já encaminhada na USP e avançando na Unesp, o Conselho de Reitores decidiu propor à Unicamp um plano semelhante.

O professor Paulo Cesar Centoducatte, presidente da Adunicamp, confirma os indícios: “O ofício do Cruesp, a partir da proposta de carreira da USP, recomendava que as universidades fizessem a reformulação da carreira e [informava] que

teria uma reunião para acertar os detalhes da isonomia”. Nas reuniões iniciais de discussão da proposta de carreira, afirma Centoducatte, os representantes da Reitoria admitiam que “tinham pressa por causa da carreira da USP”. “Então, na realidade, o fato de ter sido aprovada a carreira na USP desencadeou essa questão”, conclui. As coincidências dos projetos não parecem ser gratuitas.

“Como são três propostas completamente diferentes nas três universidades, quebra completamente a isonomia. Ouve-se falar na Unicamp que vai ser preservada uma isonomia parcial. Não existe isonomia parcial”, diz Paulo Centoducatte, da Adunicamp

Na Unicamp, a proposta de reforma institui dois níveis de Professor Doutor ou MS-3 e dois de Professor Titular ou MS-5. A promoção de um nível a outro dependerá de avaliação de mérito por bancas examinadoras e avaliação posterior pela Comissão de Avaliação de Desenvolvimento Institucional (CADI). A ascensão implica aumento salarial.

Na Unesp, a progressão horizontal instituída comporta quatro

níveis, tanto para Professor Doutor (MS-3) quanto para Professor Titular (MS-5), e a ascensão do docente depende do atendimento a requisitos particulares de cada um dos níveis. A mudança de nível, associada também à majoração de salário, será igualmente avaliada por órgão central, a Comissão Permanente de Avaliação (CPA).

Representante docente no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da Unesp e ex-presidente da Adunesp, a professora Sueli Guadalupe de Lima Mendonça explica que a nova proposta surgiu em 2008, defendida pelo professor Herman Vorwald, então vice-reitor e presidente do Cepe. “Ele propôs ao colegiado que era hora de haver uma valorização do mérito acadêmico, pensando em uma carreira docente. Na época, ele dizia que não era pela questão salarial”.

Tendo participado do processo de elaboração da proposta de progressão horizontal, a professora Sueli relata ter se baseado em proposta da carreira docente do Andes-Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Segundo a professora, a comissão “tentou trabalhar uma proposta de carreira que levasse em conta a indissociabilidade de ensino, pes-

quisa e extensão”. A intenção era “fazer desses instrumentos uma orientação geral para o docente sobre o que ele tem de fazer com sua vida docente”, para que fosse “construindo sua carreira de forma planejada”. A comissão encerrou seu trabalho e a proposta de carreira seria encaminhada para a comunidade acadêmica.

Será preciso ampliar o orçamento para honrar as despesas com a nova carreira: “Nós já falamos isso para o reitor [o próprio Voorwald, eleito em fins de 2008]. Ele prometeu um acréscimo nisso”, diz Sueli. A reforma, admite ela, “pode ser toda uma falácia, se não houver um acréscimo na folha de pagamento”. Apesar de ter participado da sua formatação, Sueli reconhece que a reforma pode ser utilizada de forma a minar a mobilização docente: “Eu avaliava que era uma jogada que eles tinham para a campanha salarial — se tivesse uma greve forte, fariam a reforma da carreira para dar o reajuste pingado. Enfraquecer a mobilização. Se não foi para agora, pode ser para o ano que vem. Minha intuição de militante me diz isso”.

O presidente da Adunicamp é outro que questiona se haverá recursos, nas universidades estaduais, para a ascensão de todos os que desejarem: “Se eles colocam que é uma carreira por mérito (é como eles colocam), você tem um limite de vagas. Então na realidade não é só mérito: é mérito e quem chegou primeiro. Uma vez que ocuparam todas as cadeiras, você tem uma dança das cadeiras e quem sentou fica sentado, até se aposentar. Você tem uma barreira que é o número de cadeiras. Essa discussão não está sendo feita”.

Centoducatte critica: “Como são três propostas completamente diferentes nas três universidades, quebra completamente a isonomia. Inclusive uma coisa que se ouve falar na Unicamp, que vai ser preservada uma isonomia parcial. Não existe isonomia parcial. Acredito que essa reunião do Cruesp aconteça para preservar uma isonomia parcial, mas isso não existe. Quebra a isonomia que deveria ser discutida no âmbito das três universidades, uma carreira única para as três universidades”. Os professores da Adu-

nicamp vêm organizando debates frequentes sobre essa proposta através de seu Grupo de Trabalho sobre a carreira.

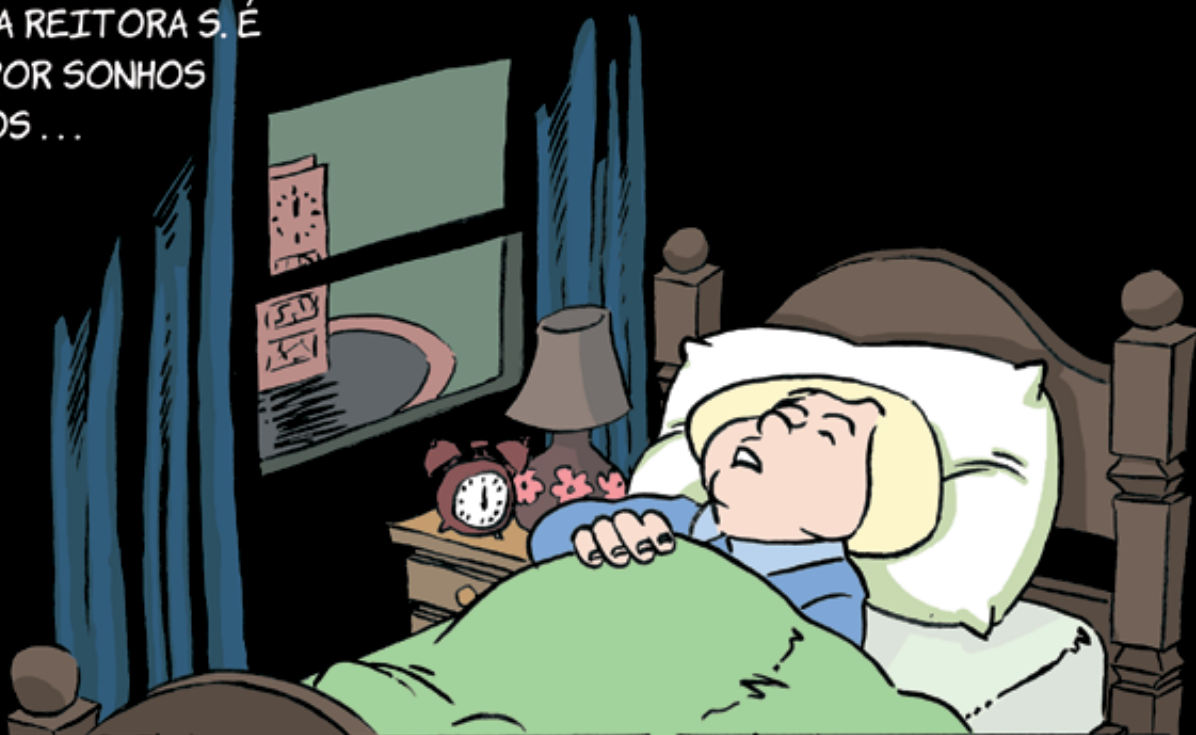
“As três universidades estaduais estão em processo muito rápido e também mal encaminhado de discussão da carreira docente”, avalia João Zanetic, da Adusp. Para ele, o Cruesp está desempenhando um papel irresponsável no encaminhamento desse processo: “Menciono o Cruesp porque as três reitorias estão promovendo mudanças na carreira. Ao mesmo tempo, discute-se no interior do Cruesp, e nas negociações com o Fórum das Seis [entidade que articula as associações docentes, sindicatos e DCEs das três estaduais paulistas e do Centro Paula Souza], medidas que tornem o sistema universitário público estadual mais isonômico”. Para ele, “era preciso ter remetido essa discussão da carreira para uma negociação entre essas duas partes [Fórum das Seis e Cruesp], envolvendo um processo mais amplo e democrático de deliberação de matéria tão importante para a vida das três universidades”.

Vitor Flynn



UM CONTO ELEITORAL* VITOR FLYNN

NUMA NOITE FRIA DO INVERNO PAULISTANO, A REITORA S. É ASSOMBRADA POR SONHOS INTRANQUÍLOS...



* LIVREMENTE INSPIRADO NA OBRA UM CONTO DE NATAL, DE CHARLES DICKENS



VEJA O DIA DAS ELEIÇÕES DE 2005, VOCÊ DEVE SE LEMBRAR... OS ESTUDANTES FANTASIADOS DE CARDEAIS, PROTESTANDO CONTRA O COLÉGIO ELEITORAL, VERDADEIRO CONCLAVE DE PROFESSORES TITULARES...



SURDOS AOS PROTESTOS DA COMUNIDADE ACADÊMICA!



PROFESSORES QUE ACUMULAM OS CARGOS DE PODER DA BUROCRACIA UNIVERSITÁRIA!



FAZENDO DO FISIOLÓGISMO MÉRITO E DE VONTADES INDIVIDUAIS POLÍTICA PÚBLICA!



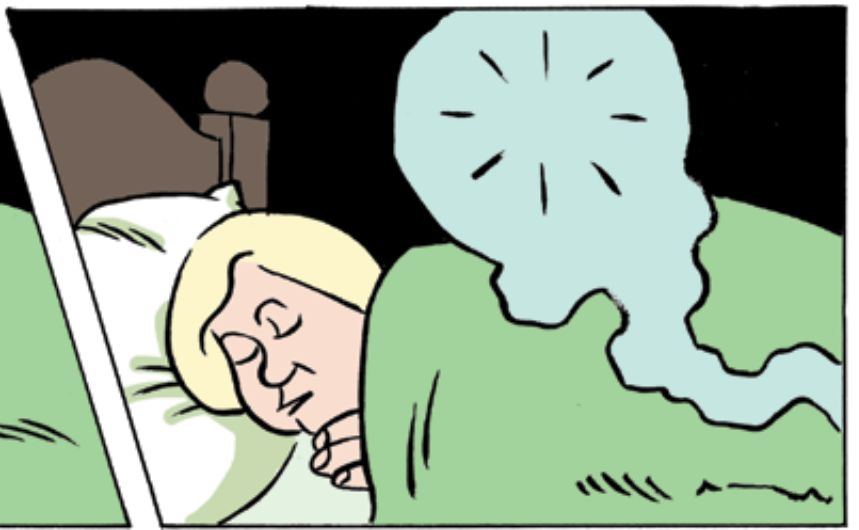
COMO VOCÊ FEZ, REITORA!



AH!



CARAMBA ... DEVE TER SIDO AQUELA COXINHA SUSPEITA QUE EU COMI!



REITORA ... EU SOU O FANTASMA DAS ELEIÇÕES ATUAIS ... MAIS LIMA VEZ ...



O SEGUNDO TURNO SERÁ DECIDIDO POR APENAS 300 ELEITORES, QUE ESCOLHERÃO UMA LISTA TRÍPLICE ...



DA QUAL O GOVERNADOR ESCOLHERÁ SEU INTERVENTOR. DIGO, REITOR ... ALGUÉM AFINADO COM SUA POLÍTICA DE SUCATEAMENTO DO ESTADO E DO FUNCIONALISMO



PARE, POR FAVOR! NÃO POSSO OLVIDAR MAIS!





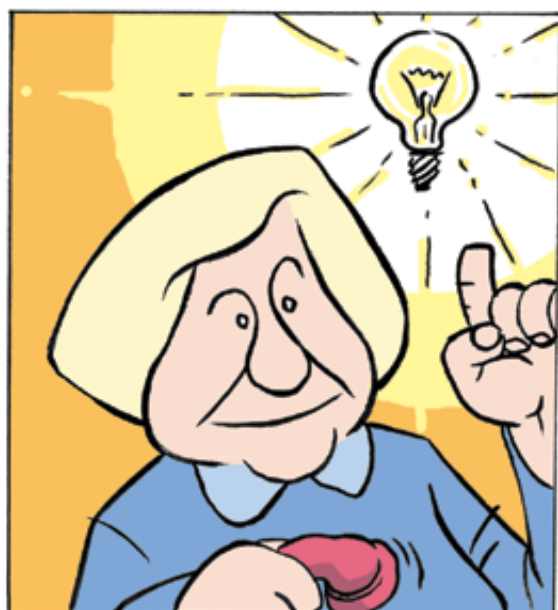
ENTENDI! É PRECISO MUDAR!
ACABAR COM AS FUNDAÇÕES
PRIVADAS E TER
TRANSPARÊNCIA
NA GESTÃO!



TER EXPANSÃO DE VAGAS COM
QUALIDADE! TER ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO PARA A
SOCIEDADE E NÃO PARA O
MERCADO!



TER POLÍTICA REAL DE
ACESSO E PERMANÊNCIA,
TER INCLUSÃO DE
FATO. TER COTAS...



CANCELA AS ELEIÇÕES E
VAMOS CHAMAR LIMA
ESTATUINTE DEMOCRÁTICA
E SOBERANA!



FIM

PRODUTIVISMO, CORRUPÇÃO DA CIÊNCIA E CONTROLE DO TRABALHO

Ana Maria Barbour e José Chrispiniano
Jornalistas



Os critérios cientométricos adotados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Fundação Capes) para avaliar os cursos de pós-graduação, baseados principalmente na quantidade de artigos publicados em periódicos científicos internacionais “de alto impacto”, castigam professores, linhas de pesquisa e programas que não conseguem ser “produtivos”. Na USP, o modelo ganhou força, chegou à graduação por meio dos critérios de distribuição de bolsas Pibic e serve de inspiração à carreira docente que a Reitoria tenta impor

Os critérios adotados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a conhecida Capes, para avaliação dos cursos de pós-graduação imprimiram à universidade pública uma lógica produtivista, na qual a qualidade vem sendo preterida em favor da quantidade. Na USP, nos últimos anos, exacerbaram-se as exigências de aceleração e de intensificação da produção docente. Os professores vêm-se às voltas com pedidos de relatórios e com pressões dos colegiados e órgãos encarregados, no âmbito da Reitoria e das unidades, de fiscalizar o estrito cumprimento das normas da Capes. Não raro, esses órgãos criam normas derivadas ainda mais draconianas, tornando-se “mais realistas do que o rei”.

Nesse contexto, os professores têm sido submetidos à exigência de publicar artigos em periódicos internacionais considerados de alto impacto, ou em periódicos nacionais “aceitáveis” do tipo “A”. Certos programas de pós-graduação mal avaliados porque seus docentes não

conseguem publicar em tais periódicos são simplesmente extintos. Tempos de titulação já muito curtos, prejudicando a exequibilidade e qualidade das pesquisas dos alunos de pós-graduação, não bastam: é preciso apertar ainda mais o torniquete, e reduzir os prazos de qualificação de mestrados e doutorandos, fixados pelo novo Regimento de Pós-Graduação da USP em 60% do prazo total do curso — 14 meses, nos mestrados de dois anos; 21 meses, nos mestrados e doutorados de três anos.

Novidade? Definitivamente não. O modelo adotado na pós-graduação expandiu-se, já em 2004, para a graduação, a partir do momento em que a Pró-Reitoria de Pesquisa impôs critérios que subordinam a concessão de bolsas de iniciação científica (Pibic) a uma classificação dos professores em A, B, C, D e E, conforme sua “produtividade” individual e a do seu programa de pós-graduação (**vide p. 48**). A qualidade do projeto de pesquisa é um fator secundário diante dos parâmetros de enquadramento do docente que pede a bolsa.

O professor Miguel Ângelo Stipp Basei, vice-presidente da Comissão de Pesquisa do Instituto de Geociências (IGc), acredita que grande parte desse quadro de distorções generalizadas é fruto da falta de mobilização da comunidade acadêmica. “Deixamos que poucos decidam pela maioria”, diz ele, referindo-se à Capes e seus comitês de área, encarregados de ditar as normas específicas e avaliar os respectivos programas. “Não que quem nos representa sejam as pessoas erradas, de fato são pessoas das universidades, mas não expressam nosso pensamento, pois a participação da comunidade na constituição destes órgãos e na avaliação das decisões é mínima”, avalia Basei.

O presidente do Centro Acadêmico de Biologia, Juliano Polidoro, concorda que há um conformismo entre os docentes. “Os professores têm medo de enfrentar a situação, pois contrariar o sistema significa prejuízo para a carreira”, ressalta. Os estudantes da graduação, por sua vez, estariam desmobilizados, alheios a tal situação. Representante discente no Conselho Universitário (Co) e uma das coordenadoras

da Associação dos Pós-Graduandos (APG-USP), a mestranda em direito Ester Rizzi igualmente admite a baixa mobilização dos colegas. Um dos motivos seria a frustração causada pela falta de democracia nos processos de decisão. Além disso, os comitês de área da Capes não contam com representação de alunos. “Os estudantes têm pouca consciência do que está atrelado a este produtivismo e poucos reagem”, salienta Ester.

Como se sabe, o acesso a bolsas de pesquisa e outros recursos depende, em parte, da avaliação dos programas de pós-graduação, feita a cada três anos pela Capes. Para continuar em atividade, os programas precisam obter no mínimo nota 3, em escala que vai até 7. É para avaliá-los que a Capes estabelece comitês das diferentes áreas de conhecimento; os elementos de avaliação variam de peso em cada uma delas. Estrutura curricular, atividades de pesquisa, formação, integração com a graduação e infraestrutura estão entre os fatores considerados para análise. O principal deles, contudo, é o número de artigos que os docentes vinculados ao programa conseguem publicar em revistas científicas de prestígio.

Criou-se, para classificação dos periódicos, o *ranking* “Qualis”, que é definido, em cada área, pelo mesmo comitê que avalia os programas. Um dos elementos centrais na elaboração do Qualis é o *fator de impacto* do periódico, associado



Daniel Garcia

Professor Miguel Basei

Há docentes que publicam menos, mas estão envolvidos com o ensino, a administração e o bom funcionamento da unidade, esclarece o professor Miguel Basei, do IGc. “Eles acabam mal avaliados e têm que se justificar o tempo todo. É uma distorção”

à quantidade de citações (em outros artigos de revistas indexadas) dos artigos por ele publicados. A conta é feita atualmente pelo *Journal Citation Reports*, da empresa Thomson Reuters, que só inclui no cálculo os periódicos que pagam para isto. A Thomson Reuters adquiriu o The Institute for Scientific Information (ISI), que tinha o monopólio dessa especialidade. O peso maior é dado às principais

revistas internacionais, em especial as norte-americanas.

Para se obter um bom número de artigos publicados nas revistas tidas como relevantes, é necessário possuir recursos para a pesquisa e bolsas de estudo para pós-graduandos, sendo importante a disputa pelos alunos com dedicação exclusiva, capazes de fazer mestrado e doutorado em tempo cada vez menor. É importante, ainda, que as pesquisas estejam afinadas com os conselhos editoriais das revistas.

“Publicar muito e em revistas de alto impacto — esta é a linha da universidade”, critica Basei, do IGc. Segundo ele, este sistema tem gerado uma competição grande entre colegas e instituições que buscam fomento. “Com o fator de impacto, assume-se que se o seu trabalho foi publicado em determinado periódico ele é bom, o que nem sempre é verdadeiro”. Há docentes que publicam menos, mas estão extremamente envolvidos com o ensino, a administração e o bom funcionamento da unidade, esclarece o professor. “Eles acabam mal avaliados e têm que se justificar o tempo todo. É uma distorção”.

A presidente da Comissão de Pesquisa da FFLCH, professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, também identifica no sistema defeitos e a necessidade de adequações, mas acredita que é preciso estabelecer algum critério, que seja universal. “A Capes proporciona grandes oportunidades de diálogo e negociação que precisam ser melhor

Fotos: Daniel Garcia

Professora **Mônica Hermann Caggiano**Professor **Pablo Ortellado**

aproveitadas”, defende ela. Embora concorde com a avaliação de que a Capes exige em demasia a publicação de artigos em periódicos internacionais, Ana Lúcia alega que, se as universidades brasileiras querem se inserir no contexto mundial, devem buscar espaço em revistas estrangeiras qualificadas: “É uma realidade contra a qual não acho que valha a pena lutar, mas sim discutir e aperfeiçoar”.

Contraditoriamente, a professora admite que há um ritmo de produção terrível para os docentes, que têm trabalhado mais e ganhado menos, na medida em que a evolução dos salários perde para a inflação. Mas é preciso saber lidar com esta realidade, faz parte do “mercado” acadêmico, garante. “Por isso, é importante negociar, ter bons

***A carreira docente
formatada pela Reitoria
condicionará os aumentos salariais
“a um processo de controle do trabalho,
de produtividade docente”, define
o professor Pablo Ortellado,
da EACH***

representantes junto à Capes, bons coordenadores de pós-graduação e bons docentes. Tem ainda toda uma política salarial que precisa entrar na pauta desta reflexão”, conclui.

A professora Mônica Herman Caggiano, coordenadora do programa de pós-graduação de Faculdade de Direito (FD), critica o Qualis: “Para que uma revista da USP venha a ser reconhecida pelo sistema é necessário ter 70% de artigos interna-

cionais. É muito difícil, um exagero. Vale perguntar se para o estrangeiro interessam tanto assim meus problemas jurídicos domésticos”, ironiza. Apesar disto, Mônica, aproximando-se da linha de argumentação da colega da FFLCH, acredita que a Capes, por meio destas exigências, tem contribuído, nos últimos 20 anos, para aprimorar a pós-graduação, obrigando os programas a manterem-se atentos e em renovação.

O professor Gilberto Bercovici, da FD, coordenador da área de Direito na Capes, compartilha da mesma opinião: graças à Capes, sustenta, não existem na pós-graduação “caça-níqueis” como na graduação. “Mas talvez o modelo tenha

cumprido sua função e agora tenhamos que pensar em outro daqui para frente”, arrisca. Na sua opinião, há hoje apenas duas opções para quem deseja continuar como parte do sistema: ou bem aceitar o modelo e encontrar uma forma de produzir artigos em série,

ou bem estruturar uma resistência organizada que consiga derubar os hábitos administrativos e burocráticos que se enraizaram nas práticas da Capes.

O risco é que o meio de aferir a produção científica torne-se um fim em si mesmo, como aponta o professor Pablo Ortellado, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). “A avaliação leva a parar de produzir ciência para produzir números. Ao invés de produzir um bom artigo, você produz dois para obter mais produtividade, obter índice. Ninguém lê

O MODELO DA PÓS-GRADUAÇÃO MIGRA PARA OUTRAS

O sistema de avaliação da Capes espalhou-se na USP, passando a influenciar a contratação de docentes e a concessão de bolsas de iniciação científica (Pibic, vinculadas ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq), além de se prestar como instrumento de legitimação de perseguições e discriminações nas unidades, por parte de grupos encastelados nas direções de colegiados.

Há cerca de dois anos um grupo dominante no Instituto de Biologia recorreu a parâmetros produtivistas para afastar docentes que lhes eram desafetos, relata a professora Eleonora Trajano. No Instituto de Matemática e Estatística e no Instituto de Geociências (IGc) ocorreram casos semelhantes. O professor Miguel Basei conta que, quando vigoravam os antigos critérios da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), alguns professores do IGc foram mal avaliados em função da produtividade supostamente baixa:

“Muitos colegas questionaram esta classificação e o processo se desenvolveu. Foi, no mínimo, constrangedor, dolorido. Criou um mal estar enorme na instituição” (*vide Informativo Adusp 87, 2000*). Segundo ele, o produtivismo não pode ser um critério utilizado para avaliar os docentes dentro da universidade. “Temos ótimos professores que vestem a camisa do instituto, mas por um critério baseado exclusivamente em número de publicações estariam mal classificados. Acho incorreto”.

A Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP) vem adotando desde 2004, como critério para concessão de bolsas Pibic, uma escala de classificação dos professores solicitantes (orientadores) que vai de A a E (*vide tabela*). Para que o docente seja classificado como “A” é preciso que seja bolsista de produtividade do CNPq ou que o programa de pós-graduação ao qual ele está vinculado tenha nota 5, 6 ou 7 da Capes. Em 2004, diversos docentes mal classificados na tabela ficaram

sem bolsas para distribuir. Ou seja, as notas da avaliação de cursos de pós-graduação agora são determinantes para a concessão de bolsas na graduação. Faz sentido?

Sim, pensa a professora Ana Lúcia Schritzmeyer, da FFLCH: “São bolsas para iniciar pessoas na pesquisa e eu acho fundamental que os orientadores sejam pesquisadores e não docentes que têm a pesquisa como algo secundário”. Ela lembra que o programa reserva uma cota de bolsas para professores contratados nos últimos dois anos. De acordo com a PRP, em 2009 foram concedidas 1.904 bolsas de Iniciação Científica para toda a USP, sendo que 150 (8%) destinaram-se a docentes recém-empregados. Ana Lúcia conta que o número de bolsas concedidas aumenta a cada ano: em 2008, a FFLCH recebeu 16; em 2009, 32. “Os critérios não têm sido utilizados para afunilar e descartar um número grande de solicitações, mas sim para garantir a qualidade destas”, afirma.

os artigos, apenas vê onde foi publicado. Todo o tipo de corrupção nasce daí. E vira um sistema disfuncional. Quem está no sistema sabe disso, é praxe, é uma corrosão crescente. Você perde o objetivo da atividade científica”. Como o sistema é competitivo, a tendência é de que práticas de *doping* acadêmico — a troca de assinaturas entre artigos de autores diferentes (“assinatura cruzada”), a assinatura em publicações de orientandos e de pesquisadores que utilizam laborató-

rio controlado por determinado docente, e outras formas de aumento fictício da produção — se tornem cada vez mais corriqueiras.

“Se a métrica é a citação, eu vou citar você e você vai me citar. Tudo isso é o processo de corrupção da ciência”, fala Ortellado, tendo em vista que os critérios de procedimento e avaliação tornam-se mais quantitativos do que qualitativos. Na USP, caso realmente vingue a reforma da carreira docente pro-

posta pela gestão Suely Vilela, esses critérios e valores de juízo vão afetar diretamente as trajetórias profissionais: “Vai ser um aumento salarial ligado a um processo de controle de produtividade docente”, define o professor da EACH. “É um belo aumento, só que esses aumentos estão condicionados a um processo de controle do trabalho”, reforça. Para ele, a USP, “universidade mais conservadora do país”, sofre pressão para se modernizar,

Classificação de professores para determinar a concessão de bolsas Pibic-CNPq

Individual	Institucional	Fora da Pós-Graduação	Capes 3 ou 4	Capes 5, 6 ou 7
Bolsista de Produtividade do CNPq		A	A	A
Apresentou indicador de atividade de pesquisa*		C	B	A
Não apresentou		E	D	C

* Pesquisador Principal de Projeto Temático Fapesp, Coordenador de Instituto do Milênio, Jovem Pesquisador da Fapesp, Projeto Individual de Pesquisa aprovado pelo CNPq, Fapesp ou Finep, Beneficiário de Projeto da PRP, ou outros projetos qualificados e apoiados por outras agências. Fonte: PRP/USP

Como avalia Miguel Basei, o tempo é de “vacas gordas”, já que quase todas as solicitações foram atendidas. Mas ele argumenta que somente em casos como este, em que a oferta é grande, docentes que estão fora dos parâmetros de avaliação de produtividade conseguem bolsas para seus alunos. “A qualidade do aluno e do projeto também é julgada, mas vem depois da avaliação do professor”, explica. Segundo ele, este sistema prejudica estudantes com bom potencial, que gostariam de pesquisar na área de docentes que não atendem totalmente o procedimento de

classificação: “Neste caso, não conseguem bolsa”.

Uma vez classificados os candidatos a orientador, o cálculo para atribuição das bolsas Pibic implica uma metodologia para classificar os projetos, assim explicada pela PRP: “A Unidade utilizará os critérios definidos pelo CNPq, a qualidade do projeto e o desempenho acadêmico do aluno como critério de priorização *dentro de cada categoria*” (desse modo, a classificação do orientador precede a avaliação da qualidade intrínseca do projeto; os destaques são nossos).

A Escola Politécnica, por exemplo, adotou o seguinte procedimento: “cada par orientador-aluno receberá uma classificação $K_{i,j}$, onde: K é a classificação do orientador (que varia de A a F), i [é o] parecer da assessoria científica (parecerista) de acordo com os critérios aprovados” (60% projeto e 40% histórico escolar) e “j [é o] Histórico Escolar do aluno (critério de desempate)”. Detalhe notável nas condições de inscrição no programa é que não há “restrição quanto ao semestre/ano de ingresso do aluno na instituição”, mas este deverá obrigatoriamente possuir um currículo Lattes.

no sentido de atualizar suas formas de controle sobre os trabalhadores: “Não deixa de ser uma modernização: adequar a USP ao marco da passagem para o capitalismo”, fustiga (sobre a carreira, **vide p. 30**).

A corrupção no sistema de avaliação, raramente punida, distorce todo o sistema, forçando a elevação da produtividade pelos outros programas para sobreviver à vigilância da Capes. Sofrem as pesquisas que, pelo interesse local ou pela nature-

za do seu ciclo de tempo, não se encaixam no padrão determinado. É unânime a conclusão de que certas áreas têm mais facilidade de publicar artigos com frequência do que outras. Entre as explicações estão o fato de algumas linhas de pesquisa necessitarem de mais tempo de maturação para conseguir chegar a algum resultado que possa ser publicado, ou porque o assunto trabalhado não tem um foco universal, atraindo menos o interesse dos pe-

riódicos internacionais. Como consequência desta falta de compreensão da avaliação da Capes, muitos programas são condenados à morte ou à estagnação, criando uma nova fonte de estresse para os docentes.

O estudante Juliano Polidoro explica que, no Instituto de Biociências (IB), os estudos em ecologia tendem a ser mais demorados, mas se o docente quiser que seu programa seja bem avaliado precisará publicar algo antes de finalizá-los.

Segundo ele, os estudantes são influenciados por essas classificações: “Sabemos quais linhas estão sendo privilegiadas e por isto muitos acabam optando por elas, mesmo que gostem mais de outra”, relata.

Bercovici, da FD, ressalta que, ainda que a produção acadêmica em ciências humanas possua uma lógica diferente da lógica das ciências exatas e biológicas, é avaliada, erroneamente, da mesma forma. “Nosso trabalho é autoral, já o deles muitas vezes é feito em equipe”, compara. Segundo o professor, a área de saúde é o carro-chefe em publicações: “Na Medicina, por exemplo, um professor titular emplaca 100 artigos por ano, por quê? Porque todo mundo da equipe que publica algo também coloca o nome dele. Eu não posso fazer isto”, afirma.

Basei, do IGc, conta que o programa de pós-graduação em Geologia Sedimentar foi extinto há cerca de três anos porque sua classificação pela Capes era “baixa” (nota 4). Os docentes e alunos migraram então para os outros três programas existentes, que tiveram de se readaptar para atender aos recém-chegados. “Agora os orientadores estão com dificuldade de se colocar na orientação atual do programa para o qual eles migraram”, explica o professor. “Regras inexecutáveis acabam matando pós-graduações que poderiam eventualmente vingar, produzir bons resultados e contribuir para o reconhecimento da ciência”, confirma Mônica, da FD.

A criatividade acadêmica também acaba prejudicada nesta lógica, pois é preciso ter coragem para aventurar-se por uma nova linha de pesquisa. “Este modelo repete o que é feito porque aquilo deu certo; ele é rígido e não consegue avaliar de forma real a qualidade”, diz Eleonora Trajano, professora de zoologia do IB. Ela também condena o drástico encurtamento dos prazos dos cursos de pós-graduação. Embora o Regimento de Pós-Graduação da USP estipule o tempo máximo de quatro anos para conclusão do mestrado, de cinco anos para o doutorado com mestrado,

nas áreas das ciências naturais é imenso”, garante Eleonora.

Já Mônica acredita que o mundo está mais acelerado e que a qualidade precisa se acomodar aos novos prazos, com mais dedicação. Na FD, por exemplo, o tempo máximo de mestrado foi regulamentado em três anos. “Não acho que seja inviável, mas demanda um esforço maior de alunos e professores. Em alguns casos, pode ser que afete a qualidade da pesquisa”, admite.

Em junho, as unidades da USP readaptaram suas normas para atender ao novo Regimento de Pós-Graduação, aprovado em setembro de 2008. Entre as mudanças estão a já citada redução do tempo para o depósito do relatório de qualificação e a criação das comissões coordenadoras de programas (CCP). “Há, no novo regimento, uma perspectiva no sentido de aumentar o número de mestres e doutores. Imprimindo à pós-graduação um ritmo mais ágil, mais pessoas podem ter acesso aos cursos”, acredita Mônica.

Ester Rizzi, da APG, discorda desse argumento otimista, pois não enxerga nas mudanças qualquer viés de democratização do acesso aos cursos de pós-graduação. Ela acredita que a diminuição de prazos sacrifica a qualidade em nome da quantidade. Nos mestrados com duração de dois anos, a qualificação terá de ser entregue em pouco mais de um ano de curso, quando o aluno ainda está longe de haver amadurecido sua pesquisa.

***“Na Medicina,
um professor titular emplaca
100 artigos por ano, por quê? Porque
todo mundo da equipe que publica algo
também coloca o nome dele. Eu não posso
fazer isto”, afirma o professor Gilberto
Bercovici, da FD***

do, e de seis anos para o doutorado direto, muitos programas adotaram prazos bem inferiores. O resultado é que não se consegue estudar com profundidade certos objetos que demandam trabalhos empíricos e de campo, causando, assim, queda de qualidade no resultado final. “Você pode espremer um trabalho de laboratório fazendo alguém trabalhar 18 horas por dia, mas com a natureza não é assim. O prejuízo

PÓS-GRADUAÇÃO, SISTEMA QUALIS E FUTEBOL

Paulo Capel Narvai

Professor Titular da Faculdade de Saúde Pública da USP.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública



É a contribuição para a compreensão e enfrentamento dos problemas nacionais a orientação estratégica, crucial, que se deveria identificar nos programas de pós-graduação (PPG) e que deveria ser o referencial para se empreender cada avaliação. Mas, ao contrário, parece que se consolidou uma concepção da avaliação dos PPG cujo “norte avaliativo” é, em nome da “internacionalização da ciência brasileira”, uma exagerada preocupação em aproximar a produção dos programas com o que se produz internacionalmente. O “norte avaliativo” se transformou, assim, em “norte” literal: o hemisfério norte...

Ainda que na contemporaneidade a produção científica se faça também em centros de investigação externos à Universidade, esse volume é pequeno no contexto brasileiro. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dois em cada três doutores brasileiros estão na Universidade. Apenas 2% estão na indústria e 18% em órgãos públicos. Em decorrência é na universidade, mais especificamente na universidade pública, que se concentra a maior parte da pesquisa científica brasileira. O trio paulista, composto por USP, Unesp e Unicamp responde por praticamente a metade do que se publica no Brasil e no exterior; e por aproximadamente um terço dos doutores formados

anualmente no país. Esse patamar da presença da universidade pública paulista vem se mantendo nas últimas quatro décadas, com destacada participação da USP.

No centro desse processo de produção de conhecimentos estão os programas de pós-graduação (PPG) das universidades públicas paulistas. Muitos desses programas foram criados pioneiramente já em 1970, por ocasião da implantação da pós-graduação (PG) *stricto sensu* com as características atuais, no contexto e desdobramento da reforma universitária do final dos anos 1960. Na segunda metade do século passado o Brasil montou e consolidou um notável sistema de pós-graduação, tido como o maior do hemisfério Sul, com relevantes serviços prestados ao avanço científico-tecnológico

e ao desenvolvimento do país. Não obstante, constatavam-se problemas e distorções e, gradativamente, a Capes foi consolidando seu papel na definição dos padrões e dos rumos da PG em todo o país, dando início, em 1976, ao processo de avaliação sistemática dos PPG.

Apesar da bem-sucedida política brasileira de PG, certos indicadores mostravam que alguns efeitos não eram os esperados, sendo o baixo número de publicações por doutores (vinculados ou não aos PPG) o de maior visibilidade e mais criticado. Com efeito, o número médio dessas publicações, por ano, havia diminuído de aproximadamente 3, nos anos 1980, para menos de 1 nos anos 1990. A ampliação do número de doutores vinha acompanhada de expressiva queda na produtividade

desse pesquisadores, aferida pelo número médio de artigos publicados por ano. Ampliaram-se, então, as exigências aos PPG e se desenvolveram diferentes instrumentos quantitativos, notadamente após a criação do sistema Qualis, em 1998, concebido como parte do projeto de informatização da Capes. A disseminação de recursos informacionais, também nas instituições universitárias, possibilitou detalhar as avaliações e operar com conjuntos de indicadores compatíveis com o emprego dessas tecnologias.

Com o sistema Qualis foi se consolidando, porém, uma tendência de não ver o processo de avaliação dos programas como um recurso para melhorar a qualidade de cada PPG, identificando seus problemas e reorientando-o segundo seus objetivos que, admite-se, devem contribuir para fazer avançar o conhecimento científico em geral e, também, ajudar a resolver os problemas do país e da região em que cada PPG é desenvolvido. Em última instância, é essa contribuição para a compreensão e enfrentamento dos problemas nacionais a orientação estratégica, crucial, que se deveria identificar nos programas e que deveria operar como referencial para se empreender cada avaliação. São muito graves e urgentes os problemas e iniquidades do Brasil, nas várias áreas de conhecimento, e em todas as macrorregiões, para que a PG brasileira possa se dar ao luxo de operar de outro modo. Mas, ao contrário, difundiu-se, e parece que se consolidou, uma concepção da avaliação dos PPG cujo “norte avaliativo” é, em nome da “internacionalização da

ciência brasileira”, uma exagerada preocupação em aproximar a produção dos programas com o que se produz internacionalmente. O “norte avaliativo” se transformou, assim, em “norte” literal (quer dizer, o hemisfério norte, como referência do que se deve fazer no sul...).

Assumindo como “referência adequada” para avaliar qualquer PPG, em qualquer área, e em qualquer local do país, não a contribuição de programas concretos à solução de problemas nacionais, mas um abstrato “alto nível científico”, deduzido de indicadores como fator de impacto e índice “h” dentre outros, os processos avaliativos empreendidos pela Capes têm dirigido sua atenção à mera classificação dos PPG. O mais preocupante, contudo, é que além desse referencial abstrato, que desconhece a historicidade inerente a cada PPG, predomina uma orientação geral focada no ranqueamento dos programas, com vistas a fixar periodicamente, em cada área, quem é o primeiro, o segundo, o terceiro... o último. As alterações no Qualis Periódicos têm essa única e exclusiva finalidade: discriminar melhor. Em consequência, a avaliação, entendida sobretudo como autoavaliação para corrigir rumos em cada PPG, se perdeu no vendaval do “*publicar ou perecer!*”, com todo mundo, o tempo todo, de olho no sistema Qualis, quase sacralizado em nome da produtividade, nos processos avaliativos.

As consequências são amplamente conhecidas: assola-nos uma espécie de *furor publicandi*, também traduzida como “indústria de *papers*”, que tem gerado uma profusão

de publicações decorrente da lógica perversa de que “o que importa é publicar” — e, de preferência, em periódicos bem qualificados, publicados fora do país, e citando o menor número possível de trabalhos brasileiros — pois, supostamente, seriam de qualidade inferior, conforme alguns deduzem do fato de que os índices de citação de trabalhos brasileiros são desproporcionais à posição do país nos indicadores de publicação. Tal produção é movida pelo “princípio” de que o que é de “interesse global” é legitimado internacionalmente e, portanto, deve ser reconhecido e valorizado. O que for de interesse local, regional, nacional nada valeria, não importando, desde esse ponto de vista. Citar autores brasileiros, nem pensar.

É inequívoca a sinalização de rumos. Por outro lado fala-se, aqui e ali, em extinção de várias revistas científicas brasileiras, dado o grau de sua desvalorização no Qualis Periódicos. Há menção à possibilidade de, em certas áreas, haver uma debandada geral de autores para publicações fora do Brasil.

Sim, é meio estúpido isto. Mas é o que, tristemente, se está fazendo. Em larga escala, haja vista o comprovado aumento do número de publicações originárias do Brasil.

O que deveria ser visto como um avanço, uma conquista do sistema brasileiro de PG, ou seja, a sua capacidade de se auto-avaliar periodicamente, foi se transformando, de modo terrível em certas situações, numa deformação dos processos avaliativos. Em alguns casos, perdeu-se completamente a referência da razão de ser da avaliação pela im-

posição acrítica, e sem perspectiva histórica, do binômio eficiência-internacionalização que se generalizou do Oiapoque ao Chuí. “Eficiência”, cabe esclarecer, medida por número de publicações, e “internacionalização” entendida como “publicar fora do país”. Não se trataria, portanto, de aplicar a clássica recomendação de Leon Tolstoi sobre o universalismo (“*Se queres ser universal, canta tua aldeia*”), tropicalisticamente digerida por Mário Quintana e regurgitada como “*Canta o teu quintal, que encantarás o mundo*”. Nada disso. O que se valoriza nada tem a ver com a aldeia de Tolstoi nem com o quintal de Quintana. Trata-se de uma espécie de internacionalização colonial que, em muitas situações, a pretexto de igualar desiguais, acaba por aprofundar desigualdades.

Decorre que, nas avaliações dos PPG, o tratamento igual dado a desiguais, sem qualquer tipo de ponderação, tem gerado, além de injustiças, aprofundamento de desigualdades macrorregionais, ampliação das assimetrias entre universidades — que vão muito além das razoáveis e mesmo inevitáveis diferenças entre instituições — e, por que não dizer, infanticídio de programas.

Embora se anuncie frequentemente que tudo (quer dizer, os critérios avaliativos) é decidido por pares e que a Capes, no que diz respeito ao sistema Qualis, apenas implementa o que se decide a partir das coordenações dos PPG e dos representantes de áreas, é negá-

vel o desconforto de vastos contingentes de orientadores em todos os cantos, estejam vinculados a PPG tradicionais, consolidados, ou a programas novos ou em fase de consolidação. A ansiedade é geral. O tom predominante é de punição. Há dificuldades por parte de muitos desses doutores, é preciso reconhecer, para expressar sua insatisfação e desconforto, por meio de argumentos convincentes. Mas isso não altera em nada esse sentimento, que só quem não quer ver não percebe. O bordão “a Capes não

ce ninguém, pois é um discurso que, na prática, se revela vazio.

O temor ao “rebaixamento” torna todos conservadores, zelosos em manter e se possível melhorar “a nota” do PPG que dirigem. Não estão mais preocupados com que seu PPG produza os conhecimentos que o país precisa para “compreender e enfrentar seus problemas”, não estão mais preocupados em serem socialmente úteis, em contribuir para impulsionar o desenvolvimento loco-regional, em formar bons mestres e doutores, estão preocupados... “com a nota”. A “teoria do

bagaço da laranja” faz sucesso nesse contexto. Orientadores que não estejam “dando caldo”, ou seja, publicando (muitos) *papers*, acabam virando um peso e, tal qual o bagaço da laranja, são simplesmente descartados. Sua produção destoa do que se almeja, do que é “bom para o programa” (ou seja, para a nota

do programa). Com isso, ao invés de incluírem e valorizarem aqueles docentes cujo ritmo ou área de produção não “siga o figurino”, os programas passam a excluí-los sistematicamente — e se empobrecem. Formam menos mestres e doutores e operam com um número mínimo de orientadores. Mas isso lhes garante “boas notas”, “prestígio”, vantagens frente à política de ciência, tecnologia e inovação — e é isso que muitos buscam. Alguns, tristemente, miseravelmente, buscam apenas isto; felizmente, não se trata de uma prática unânime. Há reações.

***Nas avaliações dos
PPG, o tratamento igual
dado a desiguais, sem qualquer tipo
de ponderação, tem gerado aprofundamento
de desigualdades, ampliação das assimetrias
entre universidades e infanticídio
de programas***

avalia docentes, avalia programas”, repetido à exaustão, não tranquiliza ninguém, pois a imensa maioria dos coordenadores dos programas toma decisões sobre credenciamento de orientadores com base, essencialmente, na quantidade de publicações recentes, uma vez que isso impacta a produtividade do PPG. O mantra de que a avaliação dos PPG considera um conjunto de indicadores e que o Qualis Periódicos é apenas um desses indicadores, relativo à produção intelectual, não conven-

Constitui inegável avanço o esforço que se vem fazendo para desenvolver e melhorar a qualidade da avaliação da PG brasileira. Deve-se reconhecer a importância disso. Poucos países o fazem. Menos ainda com a transparência e o grau de participação que temos no Brasil. Críticas a certas distorções não devem ser vistas como recusa à avaliação, nem como resistência a exigências elementares de produção intelectual. Muito menos como volta ao passado, em que alguns se julgavam inalcançáveis por processos avaliativos. É preciso, ao contrário, avançar e aprofundar os processos avaliativos da nossa PG. No estágio em que nos encontramos há, porém, aspectos que preocupam. Cabe assinalar, pelo óbvio significado que tem assumido nesses processos, a quantidade de artigos exigidos aos orientadores e o modo como esses artigos (e seus equivalentes para esse fim, como livros e capítulos de livros, cujo valor deve ser aferido pelo Qualis-Livros, que se vem desenvolvendo nos últimos anos) são classificados no sistema Qualis, e o que isso significa na avaliação dos PPG.

A avaliação como ranqueamento de programas, tendo como base o sistema Qualis (Periódicos, Livros e, mais recentemente, Eventos), tem levado ao surgimento de comentários irônicos sobre isso que alguns identificam como a “futebolização” da nossa pós-graduação. (Na cultura do futebol brasileiro

o que importa sempre é ser campeão. Diz-se que o vice-campeão é apenas o primeiro dos últimos. O segundo lugar em qualquer classificação equivale, culturalmente, ao último posto, ainda que não seja bem assim. As categorias em que se distribuem os clubes foram denominadas séries “A”, “B”, “C” etc., justamente para evitar a “humilhação” da “segunda divisão”, da “terceira divisão”...) Argumenta-se que até no plano simbólico detectam-se sinais da futebolização da PG: o que dizer de sistemas de

***O novo Regimento
da PG segue conservador, reproduz
erros conceituais e mantém equívocos.
Perdeu-se uma excelente oportunidade de
promover, na universidade, um amplo e
democrático debate sobre os rumos da PG
no país e na USP***

classificação de revistas científicas que se valem de categorias como “A” e “B”? O que o leitor pensa de algo (qualquer coisa) classificado como “B”? Não se sabe a origem dos novos códigos (A1 e A2, B1 a B5 e C) adotados para a classificação dos periódicos. Poderia ser, simplesmente, 1 a 8, sendo 8 a melhor pontuação e 1 a pior. Revistas 6 ou 7 seriam, tão-somente, revistas 6 ou 7. Simples assim. Isto é muito diferente de revistas A2 e B1, certo? Aqui, uma revista B1

já parece, de saída, menos importante, não? Mas o sistema Qualis parece insensível aos complexos processos do mundo simbólico. Ou então pode ser que, bem ao contrário, justamente por valorizar o plano simbólico, trate-se mesmo do império da mentalidade punitiva aplicada à classificação dos periódicos e à avaliação da pós-graduação. E tome A, e tome B e tome C! E “C”, aliás, nada vale, contrariando o princípio de valorizar tudo e trabalhar com pontos A1 equivalentes. Não sem razão, à boca pequena diz-se que “C” vem de “cemitério”... Você “mata” um artigo e o “sepulta” num periódico “C”.

Em meio à futebolização da PG a USP aprovou, recentemente, um novo Regimento de Pós-Graduação (RPG) em que a principal novidade é a instituição da Comissão Coordenadora de Programa (CCP). Não obstante esse avanço, o novo RPG segue conservador, reproduz erros conceituais importantes e mantém equívocos. Entre outras esquisitices, há a inacreditável confusão dos conceitos de “curso” e “programa”; curiosidades lógicas como a inusitada situação de alguém poder ser, simultaneamente, aluno de graduação e de pós-graduação; e termos bizarros como “doença grave”, que ninguém sabe explicar o que é. A PG na USP segue regida por um regimento, por regulamentos e por... normas. Cada PPG tem suas normas. Regimentos e regulamentos,

em geral, contêm normas e bastam para reger as organizações. Pois a PG da USP precisa também, além de regimento e regulamentos, de... normas. Entendeu, leitor? Pois é.

Enfim, perdeu-se uma excelente oportunidade de promover, na universidade, um amplo e democrático debate sobre os rumos da PG no país e na USP. Ao contrário, o que se viu foi um monólogo da Pró-Reitoria com as unidades, via comissões de pós-graduação (CPG). Houve um encontro dos coordenadores de PPG e funcionários das CPG com o Pró-Reitor e seus assessores, ocasião em que se distribuíram instruções sobre como proceder para adaptar ao novo RPG os regulamentos e normas dos programas. Foi um encontro imperial, inclusive com interrupções intempestivas de falas de coordenadores de PPG. O processo, em seu conjunto, foi negativamente pedagógico. Educação pelo exemplo: como não conduzir processos dessa natureza.

A enorme riqueza acumulada nos diferentes programas da USP, decorrente do desenvolvimento de várias tecnologias de gestão, foi olímpicamente ignorada no processo que levou ao novo RPG. Se realizados oportunamente, alguns seminários e oficinas poderiam ter aportado elementos importantes para conferir ao novo RPG uma dimensão que, infelizmente, ele não ganhou. Restou empobrecido. A USP poderia, com seu novo RPG, ter feito a Capes avançar, mas essa oportunidade foi perdida, e ele corresponde apenas a um ajuste da USP às normas da Capes. Até os erros, como os cursos interinsti-

tucionais e os mestrados profissionais, são tentativas de adaptação a regulamentações confusas.

Os cursos interinstitucionais, por exemplo, deveriam ser considerados cursos com turmas específicas, fechadas, de algum PPG consolidado na USP. Mas se decidiu em sentido contrário: cursos interinstitucionais não são vinculados a programas em desenvolvimento na USP mas se constituem em programas isolados, em programas novos. Donde se conclui que, findo o curso, fecha-se o programa. Esta é, sem dúvida, uma interpretação inusitada do conceito de programa. O imbroglío normativo relacionado a esses cursos atingiu também os mestrados profissionais (MP), igualmente definidos como programas.

Paradoxalmente, enquanto a Portaria Normativa nº 7, de 22/6/09, do Ministério da Educação, “abre as portas” para viabilizar cursos de mestrado profissional em qualquer instituição de ensino superior, mesmo que não tenha curso de doutorado, nem mestrado acadêmico, na área em que oferece o MP, o novo regimento de pós-graduação praticamente inviabiliza esses cursos na USP, tornando sua gestão acadêmica mais burocratizada que a do mestrado acadêmico. Essas dificuldades para que a USP (e de modo geral a universidade pública) possa oferecer cursos de MP deixam felicíssimo o setor privado e os empresários da educação, inclusive os estrangeiros, de olho na PG brasileira. A regulamentação contida na Portaria 7/09 viabiliza que a universidade privada ofereça pós-graduação *stricto*

sensu sem que a ela se apliquem, necessariamente, os requisitos feitos aos mestrados acadêmicos e doutorados, quanto à produção intelectual do corpo docente e discente. Sem debater institucionalmente o assunto, e portanto sem ter o que propor à Capes, vindo das coordenações dos seus PPG, a USP praticamente assistiu ao desenrolar do processo que levou à edição da Portaria 7/09.

Faz todo sentido, portanto, indagar que papel a USP vem desempenhando nesse processo. Num momento em que se generalizam preocupações com os rumos da PG, com as características que os processos avaliativos vêm assumindo, e em que surgem importantes questionamentos nos fóruns abertos ao debate desses problemas, a USP não vem tendo o protagonismo político dela esperado. Uma instituição com o destacado desempenho acadêmico que a USP tem apresentado nas últimas décadas não pode ficar indiferente, ou se resignar a um papel coadjuvante. Por suas responsabilidades, simplesmente não tem esse direito. Responsabilidades que, por certo, também são da Unicamp e da Unesp.

Também na PG é urgente que a USP reencontre o ideário dos seus fundadores, tanto de alguns dirigentes quanto, sobretudo, de seus primeiros docentes, brasileiros e estrangeiros, que ousaram sonhar nossa independência científica e cultural e acreditaram na possibilidade de criar no Brasil um pólo autônomo de produção e difusão de ciência e tecnologia, a serviço do desenvolvimento do país.

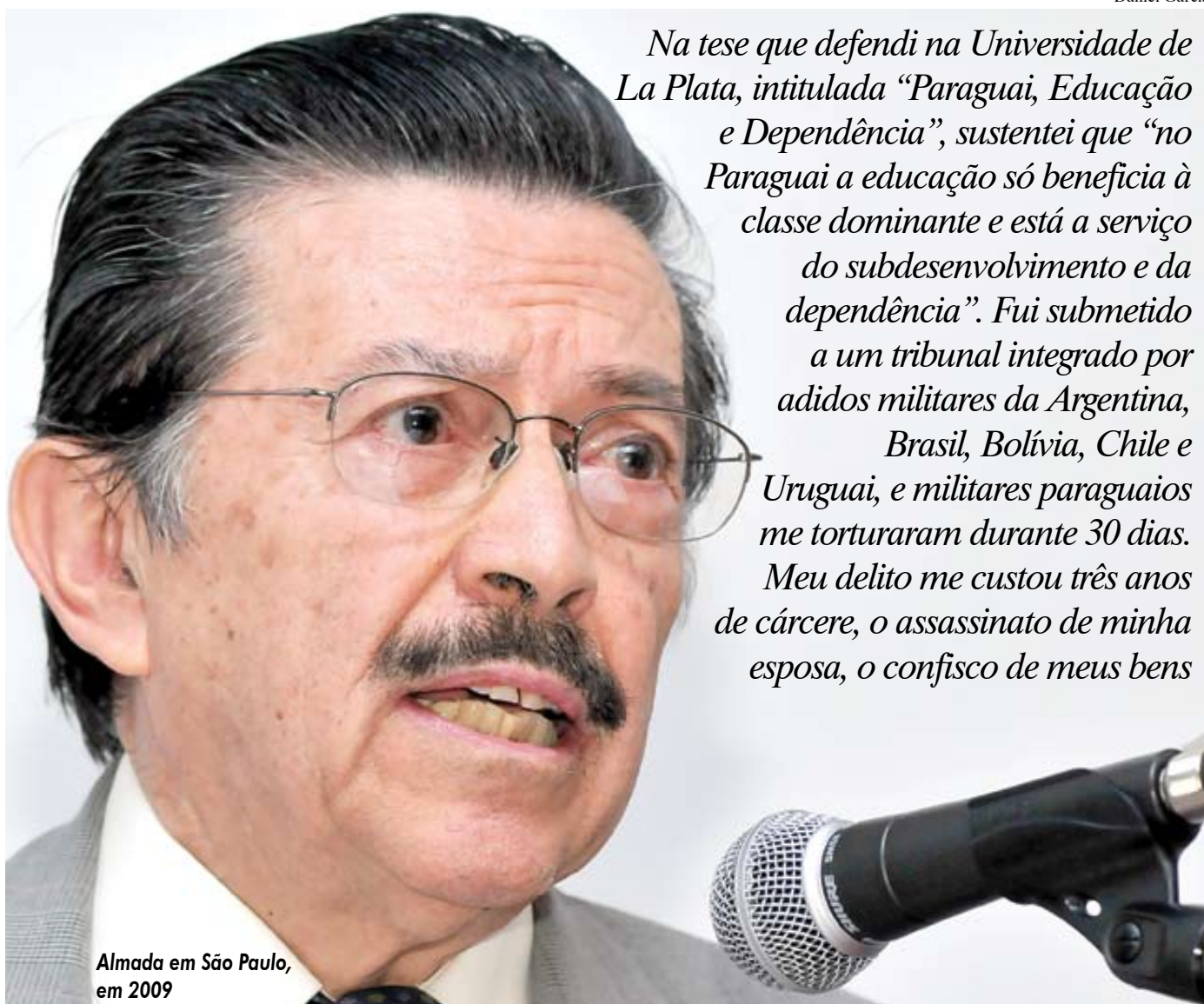
OPERAÇÃO CONDOR, CONSPIRAÇÃO MILITAR CONTRA A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Martín Almada

Doutor em Ciências da Educação. Prêmio Nobel Alternativo 2002

Daniel Garcia

Na tese que defendi na Universidade de La Plata, intitulada “Paraguai, Educação e Dependência”, sustentei que “no Paraguai a educação só beneficia à classe dominante e está a serviço do subdesenvolvimento e da dependência”. Fui submetido a um tribunal integrado por adidos militares da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile e Uruguai, e militares paraguaios me torturaram durante 30 dias. Meu delito me custou três anos de cárcere, o assassinato de minha esposa, o confisco de meus bens



Almada em São Paulo, em 2009

Para compreender o que é a “Operação Condor” há que precisar, primeiro, o contexto histórico internacional, concretamente, o enfrentamento entre Estados Unidos e União Soviética conhecido universalmente como “Guerra Fria”. Na América Latina se conheceu como a *Doutrina da Segurança Nacional*, seu suporte ideológico.

Franck Gaudichaud, um estudioso do tema, faz uma interessante interpretação do contexto histórico. Nesse período dos anos 1950, 60 e 70 deu-se uma forte mobilização e politização social; um forte incremento de partidos e de organizações revolucionárias: a classe trabalhadora vislumbrou a possibilidade de definir e decidir um projeto de país solidário; os ventos de revolução centroamericana; o advento ao poder de governos nacionalistas que proclamaram a ruptura com o capitalismo. Por exemplo: Jacobo Arbenz na Guatemala, Paz Estenssoro na Bolívia, Perón na Argentina, Castro em Cuba, João Goulart no Brasil. No Paraguai o “delfim” do presidente Chávez, Roberto L. Petit, propõe a Reforma Agrária. O processo latinoamericano se aprofunda com o advento ao poder do governo democrático de Salvador Allende e também com o triunfo da revolução sandinista na Nicarágua. Ademais cabe consignar que corriam pela América Latina, como rastilho de pólvora, a teoria econômica da dependência, a Teologia da Libertação e a Educação Libertadora de Paulo Freire.

A enérgica intervenção militar norte-americana teve como resultado: um retrocesso do movimento

operário; uma era de *terrorismo de Estado*; destruição dos espaços de participação democrática; destruição física dos militantes e líderes dos movimentos revolucionários; controle da sociedade civil e desarticulação da sociedade política e relações privilegiadas com o setor empresarial multinacional que culmina com o estabelecimento do modelo econômico neoliberal, selvagem e criminoso.

Henry Kissinger, secretário de Estado norte-americano, foi o mentor/criador da “Operação Condor”, e Pinochet seu capataz, que levou à prática esse pacto criminoso. Que por sua vez contou com o apoio de todas as forças militares da região: generais João Baptista Figueiredo (Brasil), Jorge Videla (Argentina), Alfredo Stroessner (Paraguai), Hugo Banzer (Bolívia) e Gregorio Álvarez (Uruguai).

Segundo Patricia Mc Sherry, da Long Island University e estudiosa da Operação Condor, “vários documentos recentemente desclassificados pelo Departamento de Estado demonstram que oficiais militares de inteligência dos Estados Unidos consideraram Condor como uma “organização contraterrorista legítima”.

“Os arquivos secretos da polícia política do Paraguai foram descobertos em 1992 com apoio judicial. Eles continham a documentação da Operação Condor”

Em 22 de dezembro de 1992, com apoio judicial, descobri o Arquivo Secreto da Polícia Política do ex-ditador Alfredo Stroessner, que continha documentos desde o ano 1929: perseguição aos anarquistas, socialistas, comunistas e subversivos. Encontram-se neste arquivo documentos sobre a perseguição política no Paraguai, a conexão Nazi, a Operação Condor e o tráfico de armas. A descoberta dos arquivos paraguaios foi essencial. Em 1975, os serviços de inteligência do Cone Sul sistematizaram a cooperação informal que mantinham estes países.

Nestes arquivos há uma carta do general Contreras, da Dina¹, ao general paraguaio Guanes Serrano, denominando *Primer Encuentro de Trabajo de Inteligencia Nacional* o nascimento do Condor. Contreras propunha que as instalações da Dina fossem o quartel-general que centralizaria as operações.

Assunção, 1978: tem lugar o *Segundo Encuentro Bilateral de Inteligencia*, ao qual assistiram militares argentinos, paraguaios, bolivianos, uruguaios, brasileiros e chilenos. Ratificou-se o funcionamento da Operação, que definiam em três fases: intercâmbio de informações sobre o inimigo; investigação do objetivo; detenção (sequestro) e traslado do objetivo a seu lugar de origem.

Entreguei ao juiz espanhol Baltazar Garzón vários documentos do *Archivo del Terror*, com os quais se “aportam mais provas contra Pinochet” e que permitiram em grande medida a detenção do ex-ditador chileno em Londres durante 18 meses.

À luz do *Archivo del Terror* do Paraguai cada país sul-americano tinha seu próprio arquivo da repressão, porém o de Assunção era o mais eficiente, porque era o país de maior estabilidade política da região.

Na reunião de Inteligência levada a cabo em Santiago do Chile para a constituição do *Operativo Cóndor* ou Operação Condor (25.11.01.12.75), Manuel Contreras, representante de Pinochet, propôs entre outras coisas aos participantes do evento estabelecer um arquivo centralizado de antecedentes de pessoas, organizações e outras atividades conectadas direta ou indiretamente com a subversão. Em linhas gerais, algo similar ao que a Interpol possui em Paris, porém voltado à “subversão”. Na oportunidade se estabeleceu a transmissão de comunicação por telex, o que nos faz compreender a enorme quantidade de telex nos arquivos secretos da polícia política da ditadura paraguaia.

Também na ocasião se aprovou que os adidos Condor nas embaixadas têm que gozar de imunidade diplomática para o êxito da sua missão (*Archivo del Terror*, documento 0002F0155/0164). Ademais pactuou-se como métodos de trabalho: o desaparecimento dos opositores; a tortura sistemática; a entronização, ou controle e manipulação, dos meios de comunicação; o exílio forçado de grupos sociais e políticos.

O enviado da Dina chega a Assunção em 2 de novembro de 1975 e reúne-se imediatamente com o embaixador chileno e o adido militar. (Cabe destacar que a sede da representação diplomática chilena

funcionava num imóvel de propriedade do chefe da repressão política paraguaia, Pastor Coronel.) Segundo pesquisa de John Dinges, renomado professor universitário norte-americano, assistiram à reunião de Santiago o capitão da Marinha Jorge Casas (Argentina), o major Carlos Mena (Bolívia), o general Manuel Contreras (Chile), o coronel José Fons (Uruguai) e o general Benito Guanes Serrano (Paraguai). O Brasil se integrou um ano depois, porém se negou a participar de ações criminosas fora da América Latina.

“Minha experiência pessoal com os adidos militares se deu em 26/11/1974, quando fui seqüestrado. O tribunal militar tipificou meu delito como terrorismo intelectual”

Fui seqüestrado pela polícia política em 26 de novembro de 1974 e levado diretamente a um tribunal integrado pelos adidos militares da Argentina, Brasil, Chile, Bolívia e Uruguai, logicamente com a presença dos generais paraguaios Alejandro Fretes Dávalos, Condor 1, e Benito Guanes Serrano, Condor 2. O coronel Jorge Oteiza Lopes, das Forças Aéreas do Chile, queria conhecer meus contatos com os “subversivos” da Universidade do Norte, em Arica, onde realizei estudos de sociologia da educação. O chefe de Polícia de

Córdoba (Argentina), comissário Héctor García Rey, queria conhecer meus contatos com os “subversivos” da Universidad de La Plata, onde realizei meu doutorado em Ciências da Educação. “Paraguai, Educação e Dependência” foi o tema da minha tese em La Plata, na qual assinalei que a “educação no Paraguai só beneficia a classe dominante e está a serviço do subdesenvolvimento e da dependência” (1974).

Como diretor do Instituto Juan Bautista Alberdi aplicamos as idéias de Paulo Freire da educação libertadora e concretizamos a democracia na aula. Como presidente da Associação dos Educadores de San Lorenzo, criamos a Cooperativa de Consumo, de Poupança e Crédito. Finalmente, construímos, sob o sistema de ajuda mútua, a Vila do Professor e proclamamos: “Por uma casa própria a cada educador paraguaio”.

Todas estas experiências solidárias foram analisadas pelo Tribunal Militar Condor e meu delito foi tipificado como *terrorismo intelectual*, o que me custou três anos de cárcere.

Minha esposa, a educadora Celestina Pérez, morreu como consequência da tortura psicológica a que foi submetida pela polícia política de Pastor Coronel. Fizeram-na escutar por telefone meus prantos e gritos, e no décimo dia, à meia-noite, chamaram-na para comunicar minha morte e que “venha retirar o cadáver”. A notícia produziu um forte impacto e ela sofreu um infarto. Morreu de dor em 5 de dezembro de 1974.

Pude recuperar minha liberdade provisoriamente depois de trinta dias de greve de fome em setembro de 1977 graças às enérgicas gestões do Comitê de Igrejas e da Anistia Internacional. Logo o governo do Panamá me concedeu asilo político e também me apoiou para lograr uma posição na Unesco de Paris como consultor para a América Latina (1978/1992).

Minha experiência pessoal com a Operação Condor no âmbito universitário foi em abril de 1972 na Universidad de La Plata, onde realizei meus estudos de doutorado na qualidade de bolsista do governo argentino. De modo muito casual encontrei-me na dita Universidad com o adido militar da Argentina no Paraguai, coronel Juan Carlos Moreno. Eu o conhecia porque fui diretor do Instituto Juan Bautista Alberdi, do Paraguai, que mantinha uma estreita relação com dita representação diplomática em Assunção. Ele me explicou que havia se reformado como militar e que neste momento atuava como assessor técnico do reitor, dr. Guillermo Gallo, também ex-militar.

Trinta anos depois tomei consciência de que o trabalho específico do coronel de inteligência Juan Carlos Moreno na Universidad de La Plata foi a preparação da lista dos subversivos, estudantes e professores que posteriormente foram detidos, torturados, desaparecidos e exilados (hoje presumo que foi o coronel Moreno que enviou ao governo ditatorial de meu país um exemplar da tese que defendi na Universidad de La Plata).

Trinta anos depois tomei conhecimento de que o dr. Guillermo Gallo foi ao Rio de Janeiro na década de 1970 e tomou contato com as autoridades universitárias brasileiras, oferecendo sua experiência para limpar de comunistas os centros de estudos universitários. Esta é a prova autêntica de que nossa ignorância de ontem e de hoje foi planejada com grande sabedoria em Washington, por meio de sua Secretaria de Estado, do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Depois de 15 anos de paciente investigação em Paris, onde fui um educador desterrado a serviço da Unesco, como consultor para América Latina, em 22 de dezembro de 1992, em Assunção, coube-me a honra de abrir as portas do passado com o apoio de um jovem e valente juiz penal, José Agustín Fernández, e por elas pudemos aceder a essa história contada pelos próprios repressores com a frieza do esquema nazista: o arquivo da Operação Condor.

No campo de concentração de Emboscada, a ditadura nos pôs todos juntos: anarquistas, socialistas, liberais, colorados, febristas, independentes, maoístas, trotskistas, ateus, seguidores da Bíblia, comunistas, membros das ligas agrárias cristãs, camponeses simpatizantes da Teologia da Libertação. Ali nos contaminamos ideologicamente todos os 400 prisioneiros e o resultado foi que foram lançados ao “mercado” 400 mulheres e homens com alta cons-

ciência revolucionária para avançar ao socialismo. Que ironia do destino, não é verdade?

“Professores e estudantes da Universidade de La Plata estão investigando o tema Condor no âmbito universitário. O giz branco de nossas salas de aula foi ensanguentado pelos militares da região, a serviço dos Estados Unidos”

Por este motivo brindo todo meu apoio aos professores e estudantes da carreira de Ciências da Comunicação da Universidade de La Plata, que estão levando adiante tão importante trabalho de investigação sobre o tema “Condor no âmbito universitário, Conspiração contra a Sociedade do Conhecimento”. Penso que também as universidades do Rio de Janeiro deverão somar seus esforços para esclarecer as violações aos direitos humanos cometidas nas universidades brasileiras, porque temos que conhecer a verdade para que atue a justiça, porque há milhares de famílias destroçadas pela Operação Condor que todavia não podem elaborar sua dor.

O giz branco de nossas salas de aula foi ensanguentado pelos militares da região a serviço de uma potência estrangeira, os Estados Unidos. Cabe destacar que o sal-

do trágico do Condor na América Latina foram mais de 100 mil vítimas inocentes, em sua maioria dirigentes operários, estudantes, professores, investigadores, artistas, jornalistas, médicos, advogados, intelectuais, vale dizer, a intelectualidade da América Latina. O delito desses supostos subversivos foi haver carregado como armas seus lápis, querendo desenhar um país justo, sem exclusões, quer dizer: *revolucionário*.

Atílio Boron, em seu prólogo a *Nova Hegemonia Mundial*, diz textualmente: “Nos momentos em que as ditaduras pareciam a ponto de acabar com as ciências sociais desta região, quando tais regimes perseguiram ou assassinavam nossos cientistas sociais, um departamento especializado (SAREC) da Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASD) cumpriu um papel essencial não somente para salvar as vidas de nossos colegas. Basta recordar que se calcula em mais de 2 mil cientistas sociais os que nos anos 1970 tiveram que sair forçadamente de seus países” (Clacso, 2004).

O projeto de pesquisa que o Centro de Pesquisas em Estudos de Opinião Pública da Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social da Universidade de La Plata realiza demonstrará que a última ditadura militar argentina (1976-1983), ao intervir nas universidades de todo o país, instalou *uma conspiração contra a sociedade do conhecimento* através da perseguição ideológica, com o conseqüente desaparecimento de intelectuais, artistas, estudantes e em particular os dirigentes sindicais.

As universidades brasileiras não foram alheias a um regime militar que tinha por objetivo implementar uma perseguição física e ideológica em todos os setores: políticos, sindicalistas, industriais, religiosos e a sociedade toda foram submetidos a um governo que implantou o terror como forma de submissão. Porém o “Processo de Reorganização Nacional” que as Forças Armadas argentinas encarnaram era parte de um roteiro que possuía os mesmos objetivos e idênticas formas e fins em vários países do Cone Sul.

O que se comprovou como Operação Condor, a vinculação entre civis e militares de nossos países que tinham como meta a aniquilação pela desaparecimento física ou o silenciamento de vastos setores de nossas sociedades para instalar *manu militari* o modelo neoliberal, isto é, privatização selvagem, teve seu correlato nas universidades nacionais. O novo paradigma está fundado sobre a idéia de um *mercado total* e introduz a *total insegurança social*. O ruído de sabres permitiu brotar como fungos os colégios e universidades privadas que formaram a nova camada dirigente do neoliberalismo.

Por intermédio de fichas e expedientes achados na Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social da Universidade de La Plata demonstrou-se que eram objeto de aniquilamento e desaparecimento não apenas os alunos argentinos, mas também de outras nacionalidades que se encontravam estudando ali.

Além dos estudantes argentinos, paraguaios, peruanos, colombianos, equatorianos e bolivianos que aparecem nomeados nas listas encontradas pela equipe de pesquisa, existem as que dão conta de estudantes e docentes expulsos, suspensos e investigados por se encontrarem fora da concepção ideológica da Operação Condor nas universidades. Os expedientes mencionam 35 alunos de universidades nacionais que foram sancionados e hoje encontram-se desaparecidos. Assim, as mais de 700 fichas dão mostra cabal da ação militar de nossos países nas universidades do Cone Sul.

“A Lei 21.276 estabeleceu, no artigo 7º: ‘Fica proibida, no recinto das universidades, toda atividade que assuma formas de doutrinação, propaganda, proselitismo ou agitação de caráter político ou gremial, docente, estudantil ou não docente’” (29/3/76)

A militarização das universidades teve como consequência direta a imposição de um cenário perverso, no qual os interventores militares ocuparam o lugar do “saber dizer”, do “saber pensar” e de “modelos a imitar para eradicar os elementos desagrega-

dores que perturbaram a ordem”. Assim, em seu *Comunicado nº 2* a ditadura militar argentina expressa: “Comunica-se a toda a população que todas as fontes de produção e locais de trabalho, estatais e privados, a partir dessa data serão considerados objetivos de *interesse militar*. Buenos Aires, 25/3/76”.

O *Comunicado nº 19* diz: “Comunica-se à população que a Junta de Generais resolveu que seja reprimido com pena de reclusão por tempo indeterminado aquele que por qualquer meio difundir, divulgar ou propagar comunicado ou imagens provenientes ou atribuídas a associações ilícitas ou pessoas ou grupos notoriamente dedicados a atividades subversivas ou ao terrorismo. Será reprimido com reclusão de até dez anos aquele que por qualquer meio difundir, divulgar ou propagar notícias, comunicados ou imagens com o propósito de perturbar, prejudicar ou desprestigiar as atividades das Forças Armadas, de segurança ou policiais. Buenos Aires, 24/3/76”.

A Lei 21.276 estabeleceu, no artigo 7º: “Fica proibida, no recinto das universidades, toda atividade que assuma formas de doutrinação, propaganda, proselitismo ou agitação de caráter político ou gremial, docente, estudantil ou não docente. Buenos Aires, 29/3/76”.

A dra. Sandra Carli, no interessante artigo “Rupturas e continuidades”, publicado pelo Instituto Espaço da Memória, diz o seguinte: “A ditadura militar significou

no campo da educação um corte dramático: o desaparecimento de numerosos professores, mestres e estudantes de distintos níveis do sistema educativo se combinou com uma política de repressão e censura, mais o que alguns autores chamaram *um golpe contra os livros*. Desde a escola primária até a universidade, desde o jardim de infância até os centros culturais e bibliotecas foram afetados pela Ditadura Militar quando se instalou uma política de controle e disciplinamento das instituições sob a hipótese de que todas elas eram potencialmente espaços da *subversão apátrida*”.

“Numa perspectiva histórica mais larga, implicou um corte nos processos de transmissão intergeracional da cultura, provocado pela desaparecimento e exílio de muitos professores, porém também pelas formas de *autocensura*. Uma cultura que nos primeiros 70 tinha uma vitalidade significativa, discurso crítico, projeto político, inquietude intelectual e renovação pedagógica. Daquele clima ao obscurantismo da segunda metade dessa década houve só um passo, que identificamos retrospectivamente muitos dos que transitamos na escola secundária durante essa etapa.”

“A ditadura deteve a modernização, renovação e desenvolvimento institucional das universidades públicas, déficit que no ciclo democrático ainda não conseguiu saldar. A distância que se vai configurando entre o setor público e o privado.”

“Minha própria experiência evoca algumas imagens: o clima

rarefeito e silencioso da escola secundária, as marchas contra a ditadura militar dos anos 80 na Universidade de Buenos Aires, o tédio da formação universitária antes do retorno à democracia. Todas as trajetórias educativas na Argentina têm as marcas da ditadura militar, que de distintas maneiras destruíram, impossibilitaram ou obstruíram itinerários plurais de ensino, aprendizagem e vinculação ao conhecimento” (Buenos Aires, 2007).

Também Ricardo Peidró, em seu artigo “Os grupos econômicos financiaram o genocídio”, diz: “Dos 30 mil desaparecidos, 68% eram trabalhadores. Foram expulsos de seus postos de trabalho acusados de subversivos. O seqüestro e assassinato dos melhores filhos da classe trabalhadora impôs o terror nas suas famílias. Por meio da Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA) denunciemos o plano concertado pelos grandes grupos econômicos para *implementar o terrorismo de Estado e o genocídio*, que teve como objetivo disciplinar socialmente a classe trabalhadora e impor o neoliberalismo como modelo econômico e social. Esses grupos econômicos financiaram e apoiaram de diversas formas o genocídio e o terror como forma de governo: Ford, Mercedes Benz, Engenho Açucareiro Ledesma, Estaleiro Astarsa, Metrina, Acindar e Siderca são exemplos concretos de cumplicidade que pretendeu desarticular e romper todas as formas de organização social e solidária”.

“A polícia política inventariou e apreendeu os livros de inspiração marxista da Biblioteca da Universidade Católica do Paraguai, em 7/4/1976. A juventude estudiosa paraguaia só podia ler livros de autores norte-americanos, ou autores nacionais pró-ianques”

O comissário Victorino Oviedo, treinado nos Cursos de Alta Inteligência da Argentina, Ángel Mario Ali, advogado, e o escrivão Juan José Benítez Rickman, funcionários da polícia política a cargo de Pastor Coronel, constituíram-se ante o reitor da Universidade Católica do Paraguai, Jorge Adolfo Livieres, para inventariar e apreender os perigosos livros de inspiração marxista existentes na Biblioteca Católica. Isso foi em 7 de abril de 1976. Para tanto, o escrivão repressor lavrou a ata correspondente. A partir de 22 de dezembro de 1992 os livros foram parar no *Archivo del Terror* (documento 00132 F, 2053 e 2054).

No documento consta, ainda, que o escrivão Juan Rickman foi “informante”: “Comissionou-se o comissário Antonio Taboada para os efeitos de verificar o informe proporcionado pelo escrivão Juan José Benítez Rickman sobre os

antecedentes do cidadão Emílio Antonio Moran, empregado da Intendência Geral do Exército”. Durante a ditadura o escrivão Benítez Rickman foi promovido ao cargo de porta-voz oficial do governo. Atualmente, os três repressores em questão (Oviedo, Ali e Benítez Rickman), que nos negaram o direito à vida e à liberdade, andam soltos pelas ruas, como se nada houvesse ocorrido, na mais absoluta impunidade. A impunidade é incompatível com a democracia.

A invasão cultural norte-americana começou, no Paraguai, quando enviou um *expert* em educação, Ralph Burn, para criar a Cidade Universitária na localidade de San Lorenzo, em 20 de junho de 1959. No seu informe final, ele ressaltou que chamou sua atenção o fato de que “os estudantes universitários paraguaios têm uma inclinação demasiado grande a introduzir política nos assuntos da Universidade”. Posteriormente a Universidade Nacional de Assunção firmou convênio com a Usaid Paraguai e a Universidade do Novo México, com a finalidade de criar um programa de venda e aluguel de livros. Isso implicava que a juventude estudiosa paraguaia podia ler somente livros de autores norte-americanos, ou autores nacionais ou latino-americanos, porém pró-ianques (Almada: “Paraguai, Educação e Dependência”, 1979).

A propósito da Operação Condor como uma conspiração contra a sociedade do conhecimento, destaco que os objetivos da equipe de pesquisa da Universidade de La Plata são:

-Investigar nome e sobrenome de civis e militares que implementaram a política de perseguição física e ideológica nas universidades nacionais;

-Analisar os vínculos existentes entre as Forças Armadas que levaram a cabo a Operação Condor Universitário;

-Levar a cabo uma investigação de análise crítica do discurso, para desentranhar a perversa trama que subjaz nos expedientes encontrados;

-Levar a cabo novas buscas em arquivos universitários de faculdades e universidades nacionais, de documentos da época;

-Estabelecer vínculos com universidades e países do Cone Sul para que reproduzam essa investigação;

-Estabelecer vínculos com países, organizações e personalidades que investigam e defendem os povos dos delitos de lesa-humanidade.

“Pinochet foi processado por crimes de lesa-humanidade na Espanha, Suíça, França, Itália, Alemanha, Argentina e no seu próprio país, onde os juízes não tiveram coragem de ordenar a remessa do genocida ao cárcere”

França e Estados Unidos foram os grandes difusores, na América Latina, do *terrorismo de Estado*. Organizam centros, particularmente os Estados Unidos, para ensinar

os métodos de tortura. Enviaram assessores, instrutores. Difundiram uma quantidade extraordinária de material bibliográfico. A propósito, encontramos no *Archivo del Terror* um documento norte-americano intitulado “Como manter vivos os torturados”, que logo desapareceu misteriosamente. Como antecedente do *terrorismo de Estado* na América temos a mensagem do presidente Johnson ao Congresso, em 1963: “Nosso objetivo principal na América Latina é ajudar, onde seja necessário, ao contínuo desenvolvimento das forças militares e paramilitares, capazes de proporcionar, em união com a polícia e outras forças de segurança, a necessária segurança interna”.

Pinochet com sua Operação Condor na década de 1970 globalizou o *terrorismo de Estado* e hoje, com a globalização da justiça, o general chileno foi processado por crimes de lesa-humanidade na Espanha, Suíça, França, Itália, Alemanha, Argentina e no seu próprio país, onde todos os juízes, sem exceção, não tiveram coragem de ordenar a detenção e remessa ao cárcere do genocida Pinochet. Na democracia a justiça chilena é complacente com os ladrões e verdugos, e implacável com os sonhadores. Pinochet morreu impune, levando consigo milhões de dólares.

O poder militar não existe para definir uma nação. O poder militar existe para defender a nação. Sua missão essencial é garantir a integridade territorial e defender as autoridades legitimamente constituídas. Na década de 1970 houve uma abusiva e ilegal intervenção do setor militar na gestão política e na gestão

repressiva, como guarda pretoriana. Valha este exemplo encontrado no *Archivo del Terror*: em 5 de agosto de 1969, Informe 484, o chefe da Segunda Seção do Estado Maior do Exército brasileiro pede ao ditador Stroessner informações sobre cidadãos civis e militares brasileiros, no período pré-Condor. Pede informação sobre Carlos Lamarca, capitão do Exército brasileiro; seu filho Antonio Lamarca; e Gertrudes da Concepcion Lamarca. Também pede antecedentes do soldado brasileiro Carlos Roberto Zanirato, do cabo José Mariane Ferreira Alves, do segundo sargento Jorge Rodrigues, de Deracília de Almeida Rodrigues etc.

A Lei de Anistia promulgada em 1979, ainda durante o regime militar brasileiro, exclui qualquer investigação para atribuição de responsabilidades pelos desaparecimentos. Compartilho plenamente o critério do Prêmio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel, quando afirma: “Anistia é uma coisa, investigação é outra”. Temos que conhecer toda a verdade para que atue a justiça. Uma anistia não invalida o direito dos familiares à investigação.

O poder judicial tem de ser o guardião da Constituição. Neste século XXI o poder real já não pode estar nos quartéis, mas nas urnas, na Constituição, nas instituições republicanas e democráticas. Finalmente, não podemos abrir as portas do futuro sem abrir o passado, sem impunidade. É hora de enfrentar a verdade e comprometer-se com a justiça na América Latina.

Nota

¹ Direção de Inteligência Nacional, órgão que comandava a repressão política no Chile.

CRIMES DE MAIO, CRIMES DE SEMPRE

Fausto Salvadori
Jornalista

Daniel Garcia



A diarista Maria da Luz acredita que o filho Jardel, de 17 anos (no destaque), foi solto da Febem para ser assassinado

Permanece impune o massacre de centenas de pessoas, executado por policiais militares de São Paulo como retaliação aos ataques do PCC em maio de 2006. Em apenas uma semana, os IMLs receberam os corpos de 493 pessoas assassinadas por arma de fogo. As evidências de execução a sangue-frio, constatadas tanto pelos levantamentos do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) como por investigação da ONU, não sensibilizam o Ministério Público Estadual, cujos integrantes emitiram nota de apoio à ação da PM no episódio

As câmaras de refrigeração estavam lotadas e os corredores iam se enchendo de macas que chegavam trazendo cadáveres desfigurados por sinais de tiros, a maioria no tórax ou na cabeça. “Eu nunca tinha visto uma coisa assim. Seres humanos transformados em um bando de bugigangas, um ferro-velho, desidratado de qualquer componente de humanidade”, recorda o defensor público Pedro Giberti, que até hoje se lembra do cheiro de gente morta que abarrotava as dependências do Instituto Médico Legal (IML) central em maio de 2006 (vide *Revista Adusp* 38, p.66).

Parecia um cenário de guerra, mas poucas guerras matam daquele jeito. Foram 493 mortes por arma de fogo no Estado de São Paulo entre 12 e 20 de maio, uma média de aproximadamente 55 pessoas assassinadas a tiro por dia. Naquele mesmo maio, a guerra do Iraque deixou 2.103 mortos, cerca de 39 por dia.¹ Mesmo a Ditadura Militar brasileira, que criou as polícias militares nos anos 1970, precisou de 20 anos para produzir um número semelhante de mortos.

A onda de violência começou com uma série de ataques lançados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) após o governo estadual transferir mais de 700 presos para as penitenciárias de Presidente Venceslau e Presidente Bernardes, numa tentativa de isolar os líderes da facção criminosa. A mesma facção que a polícia paulista quatro anos antes havia descrito como “falida e desmantelada” lançou, no dia 12 daquele mês, uma ação coordenada que incluía rebeli-

ões em unidades prisionais e ataques a agentes do Estado, ônibus, delegacias e outros prédios públicos. A violência do crime organizado deixou 59 mortos, entre policiais civis e militares (inclusive bombeiros), agentes penitenciários e guardas civis municipais, em ações ocorridas principalmente nos dias 12 e 13.

“A má vida tem de ser tratada como má vida”, declarou o governador Cláudio Lembo no segundo dia dos ataques.² “A honra da PM e da Polícia Civil foi atingida. E cada oficial, cada soldado, cada agente, todos se

O perito Ricardo Molina, que examinou os laudos necroscópicos a pedido do Condepe, encontrou sinais de execução em até 70% das mortes registradas em maio de 2006. Mas quase todos os casos foram arquivados

sentiram igualmente feridos em seus brios. Urgia resgatar a autoridade da instituição”, anotou o ex-deputado federal João Mellão Neto num artigo-homenagem às corporações.³ “Nossa sociedade tem a cultura de aceitar que a polícia mate em algumas ocasiões, e naquela semana havia a sensação de que seria legítimo para a polícia reagir de maneira violenta, já que havia sido atacada”, recorda a advogada Marcela Cristina Fogaça Vieira, da ONG Conectas. Foi nesse ambiente que teve início a

segunda etapa dos crimes de maio, que multiplicaria por nove o número de mortos no período.

Executada principalmente entre os dias 14 e 17, a nova fase da matança atingiu a população civil. Havia dois grupos responsáveis por estas novas mortes: policiais identificados como tal, que afirmavam terem matado os suspeitos em situações descritas como “resistência seguidas de morte”, e grupos de extermínio formados por homens encapuzados.

Sobreviventes e observadores independentes acreditam que os matadores sem rosto eram também policiais, unidos aos colegas fardados numa operação conjunta de intimidação e vingança. “A conclusão principal que se pode derivar é que as mortes de civis não aconteceram fundamentalmente durante os ataques a policiais, como consequência da defesa destes últimos, mas em intervenções posteriores, que poderíamos qualificar como represálias”, afirma o pesquisador Ignacio Cano, do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no mais recente estudo dos laudos e boletins de ocorrência referentes aos crimes de maio, feito a pedido da ONG Conectas.⁴ A semelhança entre a ação dos matadores mascarados e a atuação dos policiais leva o autor a concluir que “agentes públicos possam ter participado em grupos de extermínio para vingar a morte dos companheiros”.

“Fiquei chocada ao ver a naturalidade com que a polícia noticiava as mortes, como se fosse normal matar tantas pessoas”, conta a jornalista Rose Nogueira, que na época presidia o Conselho Estadual de Defe-



Defensor público Pedro Giberti

sa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) e atuou como uma das principais articuladoras das forças da sociedade civil, que se reuniram em uma comissão independente para analisar os homicídios. Coordenada pelo Condepe, a comissão reunia representantes da Defensoria Pública, Ouvidoria da Polícia, Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF), Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), Núcleo de Estudos da Violência da USP e outras entidades e grupos. Seu trabalho trouxe à tona uma série de informações incômodas que permaneciam ocultas atrás das histórias de mortes em confrontos policiais.

A base do trabalho da comissão foi a análise feita pelo Cremesp de laudos necroscópicos emitidos por 23 institutos médicos legais do Estado — laudos que o governo estadual inicialmente tentou ocultar da opinião pública, levando-os dos IML para o gabinete da Secretaria da Segurança

Pública, segundo a *Folha de S. Paulo*.⁵ A análise do Cremesp indicou uma grande quantidade de vítimas mortas com tiros na cabeça, no peito e nas costas, muitos disparados à queimadura e de cima para baixo. “A combinação destes fatores aponta para situação mais compatível com aquela típica de execução e não de confronto com troca de tiros”, concluiu o perito Ricardo Molina de Figueiredo a respeito dos 124 homicídios registrados pela polícia como “resistência seguida de morte”.⁶ Para o perito, havia indícios de execução em 60% a 70% dos supostos confrontos.

O relatório do Cremesp permitiu esboçar o perfil dos brasileiros mortos na reação da PM aos ataques do crime organizado: as vítimas eram jovens (72% tinham entre 11 e 31 anos), homens, solteiros, com baixa escolaridade, a maioria assassinada nas regiões mais pobres da Grande São Paulo — na capital, os bairros com maior número de mortos foram Capão Redondo, São Mateus e Parque Santo Antônio.

Um dos números dessa estatística levava o nome de Jardel Silva de Oliveira. Tinha 16 anos, havia sido detido por roubo e cumpria medida socioeducativa em semiliberdade numa unidade da antiga Febem (atual Fundação Casa), na região central de São Paulo. Tinha uma namorada que esperava um filho, mas nunca soube disso. A mãe de Jardel, a diarista Maria da Luz, hoje com 46 anos, esperava dar a notícia sobre a maternidade na festa de aniversário do rapaz, que ocorreria em poucos dias. Em meio aos ataques do PCC e à revanche da polícia, Maria telefonou para a Febem e soube que Jardel havia sido autorizado a sair da unidade no dia 15 para “uma entrevista de emprego” na zona sul de São Paulo e não dera mais notícias. Maria passou, então, 45 dias em busca de Jardel até descobrir, com a ajuda do grupo “Mães da Sé”, que seu corpo estava enterrado em Guarulhos. “Ele foi sepultado como indigente, mesmo levando documentos de identificação da Febem no bolso”, relata a advogada Marcela, que acompanha o caso pela Conectas.

“Eles soltaram meu filho da Febem para depois matá-lo. É o que eu acho”, diz. A versão oficial afirma que Jardel e outro homem, Edson de Oliveira, foram mortos quando reagiram a tiros contra uma abordagem da PM na saída de uma favela em Guarulhos, no dia 15, três dias antes que o adolescente completasse 17 anos. O caso foi arquivado e os policiais, absolvidos. Os dois tiros que atingiram o peito de Jardel destruíram tanto a vida dele como a da sua mãe. “Eu hoje vivo só para criar meus outros filhos e passo noites sem dormir, pensando no que aconteceu”, afirma Maria. A depres-

são levou a diarista a mudar do bairro onde havia criado o filho. “Achei que em outro lugar eu não ia pensar tanto nele, mas não adiantou. Não consigo esquecer meu filho.”

O Estado não teve a mesma dificuldade para relegar ao esquecimento as vítimas dos crimes de maio. Não há um balanço unificado sobre as consequências das investigações do massacre, mas as avaliações parciais levantadas pela sociedade civil apontam para a impunidade. Um levantamento feito pela Ouvidoria da Polícia de São Paulo analisou o andamento de 48 dos “crimes de maio” praticados por policiais, que resultaram em 79 mortes, e concluiu que em apenas dois casos os autores foram denunciados à Justiça. “Vários casos não tiveram o encaminhamento que deveriam”, reconhece o ouvidor Luiz Gonzaga Dantas.

A avaliação do sociólogo Fernando Salla, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, vai na mesma direção. “Houve baixa transparência nas investigações dos fatos e a sociedade ficou sem resposta em relação às mortes dessas pessoas”, avalia Salla. “Falta um compromisso político dos governantes com a contenção da violência policial.” Mesmo do ponto de vista eleitoral as mortes de maio tiveram pouco impacto, já que o governo tucano conseguiu eleger seu sucessor.

Um relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁷ em 2007 sobre execuções extrajudiciais ajuda a entender os caminhos que levam à impunidade policial. Ao analisar as investigações dos crimes de maio, o relator Philip Alston afirma ter encontrado “largas evidências” de

Daniel Garcia



Marcela Vieira, da Conectas

Relatório da ONU apontou evidências de que os policiais militares “socorrem” cadáveres para prejudicar a perícia nos locais dos crimes e evitar a produção de laudos que poderiam revelar sua autoria

que as condições dos locais de confrontos policiais são “rotineiramente modificadas”, o que dificulta a perícia. Um procedimento comum da PM é “socorrer” todo suspeito baleado e morto levando-o ao pronto-socorro. “Examinando os laudos necroscópicos de mortos pela polícia, não encontrei laudos de local. Todos as vítimas foram socorridas, inclusive pessoas fuziladas na cabeça”, conta Pedro Giberti, representante da Defensoria Pública na comissão independente. “Só podia

Uma expressão em português chama a atenção em meio ao relatório da ONU sobre as execuções extrajudiciais no Brasil: “resistência seguida de morte”, ou *resistance followed by death*, como o texto tenta traduzir uma prática bem brasileira. Trata-se da expressão usada pela polícia para registrar homicídios cometidos por policiais. Nos boletins de ocorrência dessa natureza, os policiais são automaticamente registrados como “vítimas” e o morto, como “indiciado”, antes mesmo do início das investigações.

Estudiosos da segurança e dos direitos humanos são unânimes em apontar o registro de “resistência seguida de morte” como um fator fundamental para garantir a impunidade nos casos de violência policial. “O sistema atual repre-

concluir que a Polícia Militar estava socorrendo cadáveres para prejudicar a perícia do local do crime”, diz.

O caminho da impunidade passa pela Polícia Civil, que registra os crimes de policiais como “resistências seguidas de morte” (**vide quadro**), e chega ao MPE, que costuma pedir o arquivamento de vários casos de violência policial. Os representantes da Defensoria Pública e da Conectas usaram a palavra “decepção” para descrever a atuação dos promotores estaduais na investigação dos crimes de maio. “Achava que o MPE seria muito mais proativo do que foi”, diz Giberti. Há cada vez mais promoto-

“RESISTÊNCIA SEGUIDA DE MORTE”

senta uma carta branca às mortes cometidas por policiais”, afirma o autor do relatório da ONU, Philip Alston. “O ponto de partida de uma reforma séria [para reduzir a violência policial] passa por abolir a prática policial de registrar homicídios como ‘atos de resistência’.” O ouvidor Gonzaga Dantas concorda: “Não existe o crime de resistência e morte no nosso ordenamento jurídico; toda morte deveria ser registrada como homicídio”.

Na fase processual, os crimes de morte cometidos por policiais têm um caminho oposto ao dos outros mortais. Embora o Código de Processo Penal exija que os homicídios dolosos sejam julgados pelo Tribunal do Júri, a maioria dos casos de “resistência seguida de morte” vai parar nas varas criminais comuns, onde os profissio-

nais não têm o mesmo treinamento que as equipes do júri para lidar com questões como, por exemplo, avaliar laudos produzidos pela perícia e, se for o caso, solicitar outros. “Casos de resistência seguida de morte que vão para as varas comuns costumam ser arquivados automaticamente”, analisa Marcela Vieira, da Conectas. “Precisamos eliminar essa expressão maldita”, avalia o defensor público Pedro Giberti.

A reportagem procurou ouvir a assessoria de imprensa da Secretaria da Segurança Pública sobre as “resistências seguidas de morte”. Falou com três assessores diferentes, que se limitaram a afirmar que a polícia só cumpria o que estava na lei e, portanto, a reportagem deveria ouvir a Justiça. Quando a reportagem insistiu em obter um

posicionamento da Segurança, a assessora identificada como Rosa respondeu: “Se um bandido matar a sua mãe e depois for morto numa troca de tiros com a polícia, você ia querer que o policial respondesse por homicídio?”

As resistências com morte favorecem a polícia tanto no inquérito como na fase processual. A apuração já começa enviesada, pois vai se concentrar em *quem morreu* mais do que em *quem matou*. “Em vez de apurar um crime de homicídio, cometido na esteira de uma alegada resistência (o que exigiria da pessoa que matou provar que agiu em legítima defesa ou em estrito cumprimento do dever legal), inverte-se o viés da investigação e passa-se a apurar as condições da resistência, e não do homicídio”, aponta Giberti.

res inclinados a apoiar a violência policial, completa Marcela. Logo após a semana dos ataques, em 25 de maio de 2006, 79 promotores criminais da capital assinaram documento em que reconheciam “a eficiência da resposta da Polícia Militar, que se mostrou preocupada em restabelecer a ordem pública violada”.⁸

Giberti move uma ação civil contra o Estado exigindo indenização de R\$ 100 mil para a viúva de Rogério do Carmo Pereira, morto por policiais em 18 de maio numa favela da zona sul de São Paulo — testemunhas afirmaram ter ouvido Rogério implorar pela vida antes de ser morto e visto os

policiais lavarem o sangue da calçada com um balde, mas os PMs foram absolvidos. A Defensoria move outras duas ações indenizatórias por conta dos crimes de maio. A Conectas move uma ação semelhante para a família de Jardel. “Eu só quero saber o que aconteceu com meu filho”, diz Maria da Luz, numa frase muito parecida com a de pais que tiveram os filhos mortos durante a Ditadura. Outra estratégia, adotada pela Conectas e outras ONGs, é denunciar os casos mais emblemáticos (e já arquivados pela Justiça) à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Tentar obter lá fora a justiça que não conseguimos aqui dentro.

Notas

- 1 *Iraq Body Count*. www.iraqbodycount.org/database
- 2 “SP não se dobrará ao crime, afirma Lembo”. *Folha de S. Paulo*, 14 de maio de 2006.
- 3 NETO, João Mellão. “Uma questão de honra II”. *O Estado de S. Paulo*, 19 de maio de 2006.
- 4 CANO, Ignacio. *Análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006*. Conectas, 2009. www.conectas.org/arquivospublicados/crimesdemaio.htm
- 5 “Governo retira laudos de mortos do IML”. *Folha de S. Paulo*, 20 de maio de 2006.
- 6 FIGUEIREDO, Ricardo Molina de. “Relatório preliminar – casos apresentados como resistência seguida de morte” in *Crimes de Maio*. Condepe, 2006.
- 7 ONU. *Report of the Special Rapporteur on extrajudicial, summary or arbitrary executions, Philip Alston, on his mission to Brazil*. Disponível em http://www2.ohchr.org/english/issues/executions/docs/A_HRC_11_2_Add_2_English.pdf.
- 8 “Promotores criminais da Capital formalizam apoio às polícias”. Site da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo. Disponível em http://www.ssp.sp.gov.br/home/noticia.aspx?cod_noticia=8359.

“A DITADURA NA AER DIZ ADVOGADO DOS CO



Ex-companheira de Luiz Eduardo Merlino, morto pelo regime militar, Angela Mendes, participa de debate de lançamento da edição 44

No debate de lançamento da edição 44 da Revista Adusp, a professora Maria Victoria Benevides chama atenção para o fato de que “sob muitos aspectos, infelizmente, a Ditadura continua”, razão pela qual é preciso continuar lutando contra sua herança opressiva e em defesa da democracia. O advogado da Federação Brasileira dos Controladores de Tráfego Aéreo, Roberto Sobral, entrega ao professor Fábio Konder Comparato um dossiê sobre a perseguição da Aeronáutica aos trabalhadores militares do controle de vôo

ONÁUTICA ESTÁ DE PÉ”, NTROLADORES DE VÔO



A edição 44 da *Revista Adusp* foi lançada, em 16 de abril, com a realização do debate intitulado “A Ditadura militar morreu?”. Os debatedores foram os professores Fábio Konder Comparato (FD), Gerhard Malnic (ICB) e Maria Victoria Benevides (FE), cabendo a coordenação ao professor João Zanetic (IF). Na ocasião, o advogado

Roberto Sobral, que representa a Federação Brasileira dos Controladores de Tráfego Aéreo (Febracta), pediu a palavra para denunciar as perseguições sofridas pelos controladores militares, objeto de ampla reportagem da revista.

Maria Victoria assinalou que, apesar da derrocada do regime ditatorial, e embora estejam em vigor hoje “as garantias importantíssimas da liberdade de expressão, de asso-

ciação, as eleições etc”, o que a revista “destaca muito bem, nos seus vários artigos, é que esta democracia se esgota nos seus aspectos políticos, que são essenciais, mas não são suficientes para que possamos falar em democracia”.

Não se pode portanto, ponderou Maria Victoria, afirmar que o Brasil viva em regime de plena democracia. “Entendemos plena democracia como muito mais do que

No entender de Fábio Konder Comparato, o regime militar “foi na verdade a manifestação mais repugnante de uma doença muito mais grave e persistente, que é a oligarquia”

isto que está aí, inclusive em termos políticos. Queria enfatizar o que a própria revista levanta, a começar pelo papel que continuam tendo as Forças Armadas, muito além do seu papel constitucional, no sentido de que em diversos momentos os três comandos das Forças Armadas, apoiados pelo Ministério da Defesa, se consideram acima da Constituição. É preocupante perceber não apenas como elas ainda têm poder, mas como ainda é grande o temor que elas inspiram. Sabemos como o medo pode ser fatal numa democracia”.

Nos governos civis pós-1985, disse a professora, houve muitas nomeações de militares que praticaram, na Ditadura, “ações que podemos chamar, sem dúvida, de terrorismo de Estado, clandestinas, criminosas, de tortura, e que foram agraciados com cargos em ministérios, órgãos públicos, embaixadas”. Isso só não ocorreu no atual governo, explicou, “por conta de uma pressão antecipada bastante grande”. Porém, “o poder exacerbado da Aeronáutica” manifestou-se na questão dos controladores de vôo.



Advogado Sobral cumprimenta Comparato

Maria Victoria criticou também a resistência dos militares na questão da localização dos corpos e abertura dos arquivos relativos à Guerrilha do Araguaia. “Continuamos muito longe de uma democracia, entendendo que não há democracia sem respeito e garantias aos direitos humanos. Portanto, sob muitos aspectos, infelizmente, a Ditadura continua”. Por esta razão, adverte, é preciso “continuar lutando”.

Gerhard Malnic destacou a trajetória de alguns de seus antigos mestres e colegas na Medicina da USP, vítimas da perseguição ditatorial. “Quando li esta revista, me chamou obviamente atenção um capítulo sobre uma homenagem que a Faculdade de Medicina fez a oito professores exonerados, ou cassados, ou aposentados, que foram expulsos e ficaram sem reconhecimento real do que aconteceu com eles de 1964 e

1968 praticamente até hoje”, disse, salientando sua grande admiração tanto pela coragem quanto pela capacidade científica desses docentes: “Eu gostaria de lembrar a vida de alguns deles, que me deixou profundas marcas”.

Alberto Carvalho da Silva (seu orientador de doutorado) e Samuel Barnsley Pessoa foram os mais citados por Malnic. Ele também elogiou a firme atitude do professor José de Moura Gonçalves, então diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, e que não admitiu perseguições na unidade. Por outro lado, Malnic lembrou o fato doloroso de que civis, docentes da USP, foram cúmplices das arbitrariedades.

Fábio Konder Comparato, por sua vez, expressou a convicção de que o regime militar brasileiro “foi na verdade a manifestação mais repugnante de uma doença mui-

Fotos: Daniel Garcia

**Professora Maria Victoria**

to mais grave e persistente, que é a oligarquia”. Para ele, os conflitos intraoligárquicos “estão na origem de todas as crises e mudanças políticas que conhecemos desde a época colonial”, nas quais “o estamento militar sempre representou o papel politicamente decisivo”, ou seja, o árbitro a quem cabia a última palavra.

“Se as Forças Armadas continuam a exercer esse poder de arbitragem dos conflitos entre os oligarcas é uma questão suscetível de debate. A meu ver continuam a exercer, mas de modo mais discreto. Porém, a dominação oligárquica permanece inabalável. Ela pode mudar a sua organização interna, mas continua a mesma. Significa que o grande ausente na história do Brasil é o povo. O povo sempre permaneceu afastado das instâncias de poder, nunca participou das grandes decisões políticas”.

Aberta a palavra ao público, a intervenção mais contundente foi a do advogado Roberto Sobral, da Febracta: “Nós processamos criminalmente o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Saito, e todo o Alto Comando, porque eles abandonaram todas as salas de controle de tráfego no Brasil em represália à tentativa de intervenção do presidente Lula. Eles chamaram o ministro Waldir Pires de ‘idiota’. E quando eu fui a uma promotora de Justiça Militar para contar esse fato, pedir providências, ela disse: ‘Mas doutor, é o Waldir Pires, o que o sr. queria que dissessem?’ O Ministério Público Militar não serve para nada. E a Justiça Militar é uma excrescência, um tribunal de exceção”.

Sobral entregou a Fábio Konder Comparato um dossiê sobre a questão dos controladores de vôo militares: “O senhor é um grande combatente e nós viemos aqui para buscar a sua força”, enfatizou o advogado, dirigindo-se ao jurista. “Porque, professor, encaminhamos [esse dossiê] ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em setembro de 2008, há mais de seis meses, na esperança de que esses documentos chegassem ao senhor, e não chegaram. Documentos que dizem respeito à oportunidade de conversar com o governo, que só nos recebe se for através da OAB. E até hoje a OAB não arrumou tempo para marcar um encontro com as autoridades do governo, acompanhando este advogado que está aqui, que nada recebe dos controladores porque eles não têm recursos para pagar. Que vive com grampo telefônico, eu posso exibir

aqui, fax com meu telefone. Com a vida em suspenso”.

O advogado da Febracta relatou que um controlador de vôo portador de hipertensão, reconhecida em laudo médico da Aeronáutica, foi impedido de obter licença para deixar a sala de controle de vôo. Criticou as manobras da FAB para atribuir aos controladores de vôo a responsabilidade pelos recentes desastres aéreos: “Chega ao ponto de eles reconhecerem uma falha no sistema de controle e dizerem, em relatório oficial ao TCU, que *não consertaram a falha para não dar razão aos controladores na defesa!* Um comportamento absolutamente criminoso”.

“Nós precisamos do socorro dos senhores. Acabou de chegar o presidente da Federação Brasileira dos Controladores de Tráfego Aéreo, que está impedido de ir a um encontro internacional, porque ele é um sargento e ele não pode representar, não há liberdade de associação para o controlador de tráfego. A Ditadura, senhores, na Aeronáutica está absolutamente de pé. Ela é efetiva e real e não há reação da sociedade civil”, concluiu, sob fortes aplausos.

Em fins de setembro, o Ministério Público Militar (MPM) ofereceu denúncia à Justiça Militar contra 89 controladores de vôo envolvidos na greve de 2007, enquadrados nos crimes de “atentado contra o transporte” e “motim”, previstos no Código Penal Militar. Os sargentos Edleuzo Cavalcante e Carlos Trifilio deverão responder também à acusação de “incitar à prática de crime militar”. A acusação pede que os controladores sejam expulsos da Força Aérea Brasileira (FAB).

HELENIRA REZENDE, PRESENTE!

Agência Estado



O jornalista e ex-preso político Ivan Seixas, ao ler a edição 44, identificou, em uma das imagens que ilustram a matéria “Encontro de ex-moradores reaviva memória do Crusp e da invasão militar de 1968”, na página 61, uma antiga

militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): Helenira Rezende de Souza Nazareth, que lutou na Guerrilha do Araguaia e foi morta a golpes de baioneta, quando se encontrava ferida após combate, presumivelmente em 29 de setem-

bro de 1972, aos 28 anos de idade. Republicamos a fotografia (de 1967), que registra a participação de Helenira em uma assembleia estudantil no restaurante do Crusp. Em pé, de costas, outra figura conhecida: José Dirceu.

CORREÇÃO

Grafamos erradamente, na página 15 da edição 44, o nome do cineasta Evaldo Mocarzel.